

**Estratégia de
Tecnologia da Informação
PJES**

**PETI/PDTI
2017-2020**

3ª Edição



Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

Presidência:

Des. Annibal Rezende de Lima

Vice Presidência:

Des. Fábio Clem de Oliveira

Corregedor Geral da Justiça:

Des. Ronaldo Gonçalves de Sousa

Supervisão dos Trabalhos:

Marcelo Tavares de Albuquerque – Secretário Geral

Coordenação dos Trabalhos:

Christine Rossi – Secretária de Tecnologia de Informação

Colaboração e Desenvolvimento dos Trabalhos:

Alamir Louro – Coordenador de Desenvolvimento

Carlos Vinicius de Arimatea – Coordenador de Suporte e Manutenção

Daniel de Souza Correia – Analista Judiciário 01 – Técnico de Informática



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

1.1 HISTÓRICO

2 ESTRATÉGIA DA TI

2.1 RESUMO EXECUTIVO

2.2 ESTRATÉGIA DE TI

2.3 SUCESSO DO NEGÓCIO

2.4 CONTEXTO DO NEGÓCIO

2.5 CAPACIDADES DO NEGÓCIO

2.6 CONTRIBUIÇÃO DA TI PARA O SUCESSO DO NEGÓCIO

2.7 GOVERNANÇA DE TI

2.8 PROCESSO DE PLANEJAMENTO

3 INDICADORES ESTRATÉGICOS

4 GESTÃO FINANCEIRA DE TI

4.1 OTIMIZAÇÃO DE CUSTOS DE TI

4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5 GESTÃO DE RISCO

6 PESSOAS

6.1 QUADRO EFETIVO DA TI

6.2 FUNÇÕES GRATIFICADAS E CARGOS COMISSIONADOS.

6.3 CAPACITAÇÃO

7 PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - 2017

ANEXO 1 - RELAÇÃO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS E MEDIÇÕES DO CORRENTE ANO

ANEXO 02 - ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL DA STI

ANEXO 03 - PLANO DE CAPACITAÇÃO

OBJETIVO

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADES IDENTIFICADAS.

ESTRATÉGIAS DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

ANEXO 04 – PLANO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 05 - PLANO DE RISCOS

ANEXO 06 – PLANO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO 07 – PORTFÓLIO DE PROJETOS DO ANO



1 APRESENTAÇÃO

Neste documento está apresentada a estratégia de TI e seu alinhamento com o Planejamento Estratégico da Instituição – PEI, tendo como finalidade orientar o planejamento e o monitoramento dos objetivos estratégicos de TI e de suas respectivas metas, de maneira a consolidar a importância estratégica da área de TI e garantir seu alinhamento às áreas finalísticas da Instituição.

O planejamento é inerente ao serviço público. Isso ganha destaque em diversos normativos, dentre eles a previsão no art. 6º do Decreto Lei nº 200, datado de 1967, no qual elenca o planejamento como um dos princípios fundamentais da Administração Pública.

Uma Gestão de TI eficaz, eficiente e efetiva está apoiada em um modelo de Governança específico da área que visa alcançar a maturidade no planejamento dos recursos e na entrega na prestação de serviços. Destacamos a definição de Governança de TI (IT Governance Institute-2007), que demonstra a responsabilidade da Alta Administração:

“A governança de TI é de responsabilidade da alta administração (incluindo diretores e executivos), na liderança, nas estruturas organizacionais e nos processos que garantem que a TI da empresa sustente e estenda as estratégias e objetivos da organização.”

Todavia, para alcançar o resultado pretendido, é necessário um alinhamento entre as estratégias e planos da TI e as estratégias do PJES e do Judiciário Nacional. Dessa forma, o Planejamento Estratégico Institucional – PEI, a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, devem estar em harmonia, conforme determina a Resolução do CNJ 211, de 15 de dezembro de 2015, no artigo 6º e parágrafo único:

Art. 6º Cada órgão deverá elaborar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), em harmonia com as diretrizes estratégicas institucionais e nacionais, conforme disposto na Resolução CNJ 198, de 16 de junho de 2014, e suas alterações.

Parágrafo único. Como desdobramento do PETIC, deverá ser elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, com as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias institucionais e nacionais do Poder Judiciário sejam alcançadas.

1.1 HISTÓRICO

Em 2015, o e. Tribunal Pleno do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), em sessão ordinária aprovou o relatório final do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual para o período 2015/2020, instituindo o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo pela Resolução TJES nº 10/2015. Há época, coube à STI elaborar um mapa estratégico setorial que demonstrasse como contribuiria para a estratégia institucional e quais as iniciativas que estariam sob sua responsabilidade.



Em 15 de dezembro de 2015, o colendo Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução CNJ nº 211, instituindo a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), trazendo novas diretrizes para a tecnologia do judiciário.

O presente documento expõe o resultado dos estudos realizados do PEI 2015-2020 adequando-os à Resolução CNJ nº 211/2015, e à contemporaneidade dos fatos ocorridos no Judiciário Capixaba após 2015.

2 ESTRATÉGIA DA TI

2.1 RESUMO EXECUTIVO

O Modelo de Gestão implantado na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo tem por objetivo o alinhamento da estratégia da área de Tecnologia da Informação (TI) aos objetivos estratégicos da organização.

Segundo o ISACA/COBIT 5.0 – Modelo corporativo para a Governança e Gestão de TI da organização - o alinhamento estratégico foca em garantir a ligação entre os planos de negócios e de TI, definindo, mantendo e validando a proposta de valor de TI, alinhando a estratégia de TI com a estratégia da organização.

Este alinhamento se reflete no Modelo de Gestão e nos Planos Estratégico de TI (PETI) e Diretor de TI (PDTI) do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Com a perspectiva de aumentar o valor da contribuição de TI para o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, temos como objetivos maiores:

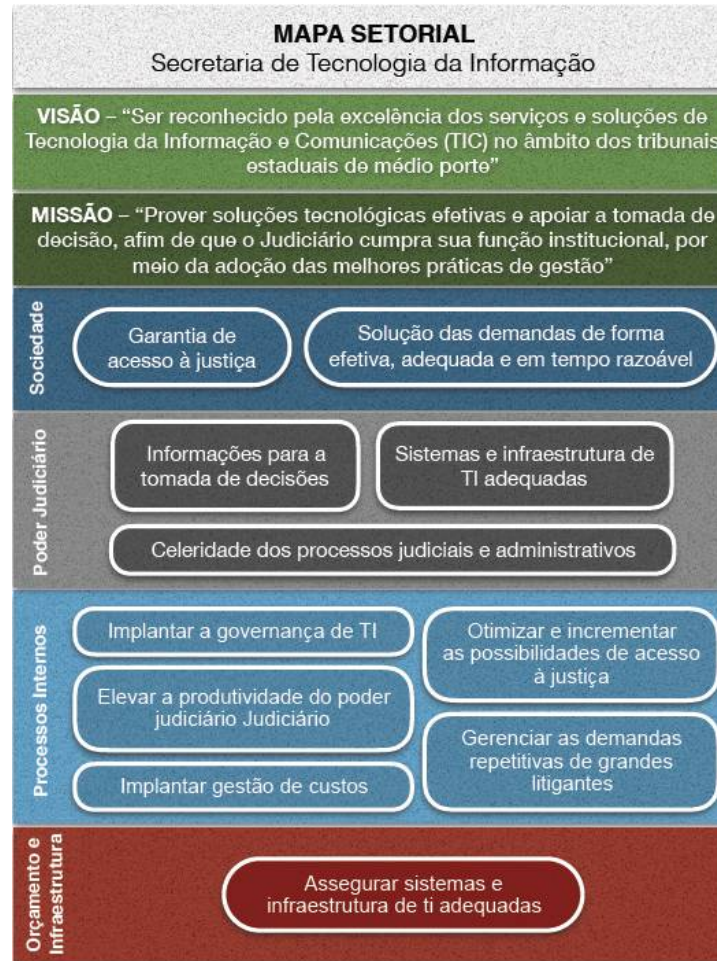


Figura 1 - Mapa Estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Espírito Santo



2.2 ESTRATÉGIA DE TI

Para que os objetivos estratégicos da STI do PJES sejam atingidos é imprescindível que as iniciativas referentes à Tecnologia da Informação (TI) estejam baseadas nas decisões do negócio, ou seja, estejam alinhados com os objetivos atuais e futuros da organização.

A Estratégia de TI do PJES é o conjunto de direcionamentos estratégicos da área de Tecnologia da Informação, que estarão alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

A partir do levantamento das capacidades e características que o negócio necessita ter para alcançar o sucesso, e da análise dos elementos que impactam o ambiente do negócio, foi possível elencar os itens que indicam o nível do sucesso esperado. Foram então definidas as prioridades de atuação da STI, e a sua contribuição para o alcance do sucesso do negócio.

2.3 SUCESSO DO NEGÓCIO

Complementando a análise, também foram relacionados os aspectos através dos quais o PJES pretende investir para atingir os objetivos de sucesso.

Para o PJES, os direcionadores de sucesso do negócio são a Excelência Operacional e a Prestação de Serviços para a População, para que o Judiciário cumpra a missão de assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

O PJES entende que a contribuição da TI dar-se-á no atendimento aos seguintes itens de negócio:

- Garantia de acesso à Justiça;
- Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável;
- Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade;
- Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes;
- Elevar a produtividade do Poder Judiciário;
- Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso à Justiça;
- Combater a corrupção e a Improbidade;
- Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos;
- Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade.



Apesar de identificados alguns desafios na criação da Estratégia de TI, como limitação de recursos humanos e financeiros para investimentos, e deficiência de alinhamento e integração entre as áreas de negócio, consideramos que estes desafios poderão ser superados pelo fortalecimento da Governança de TI no PJES, pela definição de critérios de priorização e de gestão de demandas.

2.4 CONTEXTO DO NEGÓCIO

O realinhamento do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Espírito Santo para o período 2015/2020 foi aprovado por decisão do Egrégio Tribunal Pleno, em sessão realizada em 26 de março de 2015, que fundamentou a edição da Resolução 010/2015.

Para que o planejamento fosse criado, foi necessária análise dos elementos do contexto do negócio, identificados no PEI 2015/2020, além da inclusão de outros itens que poderão ser impactados ou sofrer mudanças no horizonte de tempo que estamos considerando (2017 a 2020).

Os principais elementos identificados foram:

- Existência de restrições financeiras em nível Estadual;
- Implantação do processo eletrônico;
- Impossibilidade de novos concursos públicos;
- Falta de recursos humanos para cumprimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020;
- Complexidade do processo licitatório;
- Cultura de terceirizações incipiente na instituição;
- Cultura de descontinuidade de estratégias e políticas institucionais;
- Adoção de soluções digitais para transformar e fortalecer a relação entre governo, servidores e cidadãos.

2.5 CAPACIDADES DO NEGÓCIO

Eisenhardt e Martin (2000) argumentam que as capacidades de negócio são um conjunto de processos específicos e identificáveis, tais como desenvolvimento de produto, a tomada de decisão estratégica e as alianças estratégicas. Para esses autores, essas capacidades são rotinas organizacionais pelas quais os gestores alteram sua base de recursos buscando vantagem sustentável.

Segundo Barney e Hesterly (2012) para uma capacidade de negócio ser fonte de vantagem sustentável, ela deve permitir que a instituição desenvolva estratégias que permitam explorar oportunidades e neutralizar ameaças ambientais.



A avaliação de maturidade (do inglês, assessment) foi realizada com formulários específicos da consultoria Gartner para as áreas de “Sistemas” e “Infraestrutura e Operações”. Tradicionalmente, a avaliação da maturidade é parte do planejamento e objetiva aclarar a situação atual comparando com outras instituições similares, de forma a balizar metas factíveis para o futuro.

De forma mais detalhada, o resultado para ambas as áreas da TI, “Sistemas” e “Infraestrutura e Operações”, foi caracterizar o PJES entre as organizações de Nível 1 (de 5 possíveis, sendo 5 o nível de maior maturidade).

De acordo com a consultoria Gartner, as organizações de Nível 1 são caracterizadas tradicionalmente como instituições que não especificam processos e deixam os métodos de trabalho a cargo de empenhos individuais. Elas não se beneficiam da repetitividade dos processos, pois não há aprendizado ou melhorias compartilhadas. Nessas organizações, a operação da TI depende individualmente dos profissionais de TI, especialmente de heróis, que de alguma forma conseguem realizar os trabalhos necessários para a sobrevivência da organização, normalmente a um custo elevado e no último minuto. Outra característica é que o desempenho e a formação individual dos profissionais são avaliados informalmente. Organizações do Nível 1 de maturidade em TI lutam para entregar alguma excelência operacional, utilizando arquiteturas tradicionais (modo 1 da TI), normalmente não sendo factível se envolver com processos de inovação (modo 2 da TI).

Mais especificamente para a área “Desenvolvimento”, o formulário do Gartner dá recomendações de melhorias para Organizações avaliadas como Nível 1. Para alcançar o Nível 2, é necessário estabelecer processos formais dentro das equipes. Observe que o Nível 2 é um passo intermediário para o Nível 3, que é o nível meta para as organizações similares ao PJES. Muitas características das organizações de Nível 2, como o uso de modelo de desenvolvimento tradicional, começarão a ser descontinuados durante a mudança para o nível 3. Para chegar ao nível 3, é sugerido inventariar as principais aplicações e avaliar pelo menos a aptidão técnica, além de identificar as partes interessadas. Outra sugestão é estabelecer processos de rastreamento de estimativas para determinar o custo aproximado da operação e do suporte, além de formalizar uma abordagem de integração e convergência do legado.

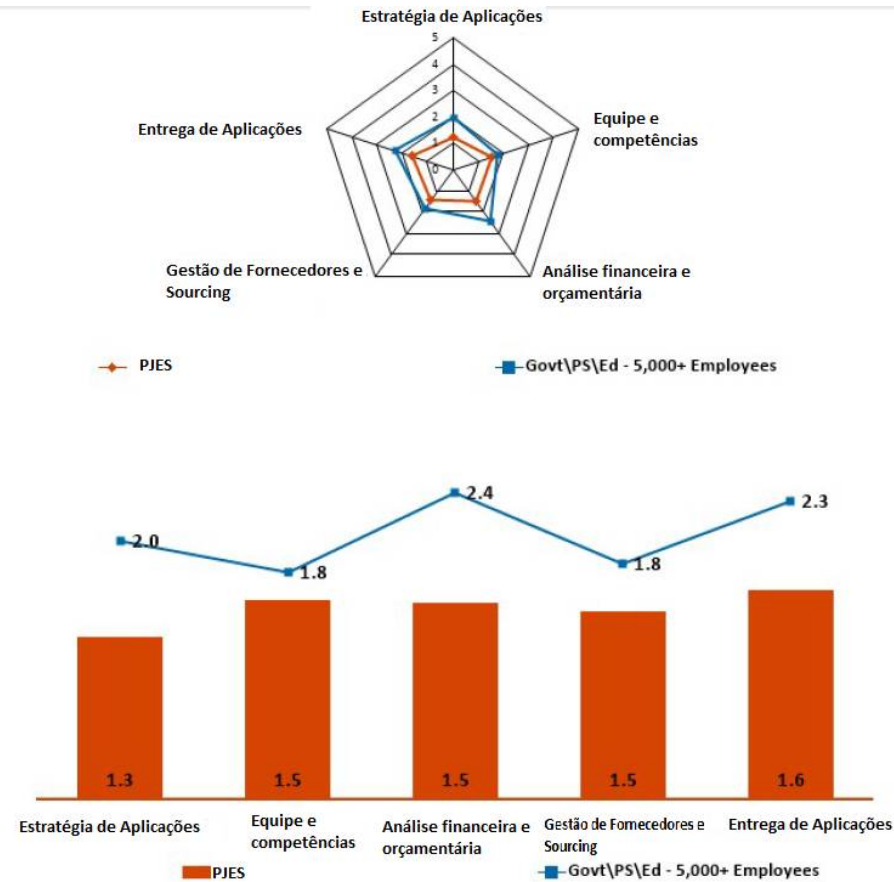


Figura 2 - ITSCORE - Gartner - Sistemas (medido em 04/01/2017)

Já especificamente para a área “Infraestrutura e Operações”, o nível 1 é caracterizado por organizações que estão lutando pelo reconhecimento perante a organização. A documentação de processos e a padronização de software e hardware são tradicionalmente inexistentes e a confiança do cliente na TI é mínima. Os acordos de nível de serviço são normalmente ad hoc. O formulário da Gartner também dá recomendações de melhorias, que podem incluir a



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

necessidade de documentar processos, estabelecer padrões de hardware e começar a explorar as melhores práticas da indústria, como a ITIL (Information Technology Infrastructure Library). Sugere conhecer os fornecedores para melhorar e agilizar processos, aplicativos e discutir acordos de nível de serviço. Sugere a convergência em busca de uma padronização de software e hardware, além de estudar maneiras de otimizar o custo da TI.

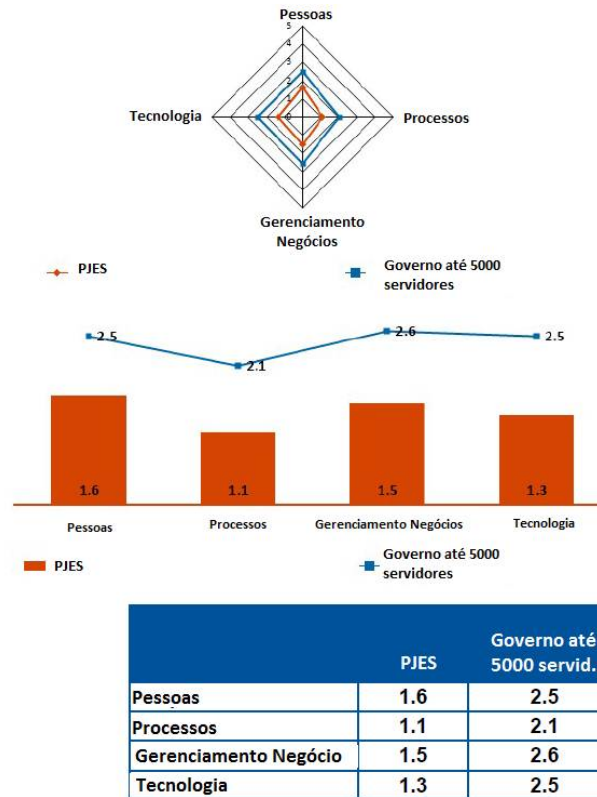


Figura 3 - ITSCORE - Gartner Infraestrutura & Operações (medido em 04/01/2017)



2.6 CONTRIBUIÇÃO DA TI PARA O SUCESSO DO NEGÓCIO

O artigo 6º da Resolução CNJ nº 211/2015, estabeleceu a obrigatoriedade do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), em harmonia com as diretrizes estratégicas institucionais e nacionais.

Baseado nisto, a STI apresentou algumas iniciativas que, a seu ver, contribuiriam significativamente no atingimento dos objetivos traçados:

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	INICIATIVAS	
PROCESSOS	ELEVAR A PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO	Otimização e Adequação dos Recursos Humanos, Tecnológicos e de Infraestrutura para aumentar a produtividade	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade	
	GERENCIAR AS DEMANDAS REPETITIVAS DE GRANDES LITIGANTES	Adequação dos recursos às necessidades dos conflitos de massa	Prover recursos computacionais e sistêmicos para atender às necessidades dos conflitos de massa	
	IMPLANTAR A GOVERNANÇA DE TI	Implantar novo modelo de gestão	Redesenhar a estrutura e aperfeiçoar o funcionamento da área de TI	Implantar gestão de demanda
				Consolidar os processos de Governança de TI
				Consolidar o serviço de suporte técnico – Service Desk
				Implantar o Gerenciamento de Segurança da Informação
IMPLANTAR A GESTÃO DE CUSTOS	Criação de mecanismos de controle e aprendizado	Implantar plano de terceirização de serviços de TI	Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional	
			Desenhar e implantar um Centro de Competência de informações estatísticas	
OTIMIZAR E INCREMENTAR AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À JUSTIÇA	Adequação dos meios de acesso à justiça	Consolidar parcerias institucionais	Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa	
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA	ASSEGURAR SISTEMAS INFRAESTRUTURA DE TI ADEQUADAS	Modernização da infraestrutura de TI	Manter o parque tecnológico atualizado	
			Implantar projeto Datacenter backup	
		Modernização e implantação de sistemas de informação que atendam às necessidades institucionais	Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa	
			Convergir e integrar os sistemas legados	
			Ampliar a abrangência do Processo Judicial Eletrônico	
Implantar sistema de processos administrativos				



2.7 GOVERNANÇA DE TI

Enquanto a “Governança Corporativa” tem foco no direcionamento e monitoramento da gestão da instituição, a “Governança de TI” tem foco no direcionamento e monitoramento das práticas de gestão e uso da TI de uma organização, tendo como indutor e principal beneficiário a alta administração da instituição.



Figura 4 - Site TCU - Governança de TI

O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – (CGTIC/TJES), grupo responsável pelas diretrizes estratégicas de TI, foi instituído através do Ato Normativo TJES nº 04/2016 e tem as seguintes atribuições:

- I. Definir princípios e diretrizes que orientem a forma de utilização da TIC no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES;
- II. Definir estratégias, indicadores e metas institucionais de TIC;
- III. Aprovar planos de ações, táticos, operacionais e de nivelamento que serão elaborados pelo Comitê Gestor de TIC (art. 8º da Res. CNJ 211/2015);
- IV. Desenvolver ações de capacitação para gestores e pessoal técnico de TIC;
- V. Priorizar a elaboração de projetos de sistemas de informação.
- VI. Avaliar os padrões estabelecidos pelo CNJ para o segmento de TIC do Poder Judiciário e atender àqueles pertinentes ao TJES;
- VII. Acompanhar a execução de suas deliberações e zelar pelas diretrizes estabelecidas.



- VIII. Baseado na premissa de que a TI precisa entregar a informação que a organização necessita para atingir seus objetivos, todas as áreas da Gestão de TI precisam alinhar seus projetos e suas operações com a estratégia definida pela instituição.

O CGTIC é composto por Desembargador, Juízes de Direito, Secretário Geral, Secretário de Gestão de Pessoas, Secretário de Finanças, Secretário de Tecnologia da Informação, Coordenador de Suporte e Manutenção e Coordenador de Desenvolvimento.

Por sua vez, o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – (CGTI/TJES), foi instituído através do Ato Normativo nº 020/2016 e tem como objetivo geral a elaboração de planos táticos e operacionais, a análise das demandas de Tecnologia da Informação, o acompanhamento da execução dos planos, o estabelecimento de indicadores operacionais e a proposição de replanejamento das ações relativas à tecnologia da informação.

Atribuições: promover estudos e coordenar trabalhos, inclusive para:

- I. Auxiliar o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC;
- II. Elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC;
- III. Elaborar o Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TIC, especialmente no que se refere aos serviços judiciais, bem como o Plano Anual de Capacitação, nos termos do art. 15 da Resolução CNJ 211/2015;
- IV. Propor planos táticos e operacionais para a implantação e o aperfeiçoamento das diretrizes de TI traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução CNJ 211/2015, e pelo CGTIC;
- V. Analisar as demandas de TI e propor medidas preventivas e corretivas para o alcance de resultados estratégicos;
- VI. Identificar e propor soluções de TI relacionadas ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Composição (nos termos do artigo 8º da Resolução CNJ 211/2015):

- Secretário de Tecnologia da Informação;
- Coordenador de Suporte e Manutenção/TI;
- Coordenador de Desenvolvimento/TI;
- Assessor de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

2.8 PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Servindo de base ao trabalho da STI, o Processo de Planejamento tem por objetivo orientar as coordenadorias das áreas da STI sobre os passos necessários para efetuar o Planejamento Anual das suas operações e de seus projetos, bem como apoiar a elaboração do Plano de Capacitação, do Plano de Aquisição e do Orçamento Anual.

Este processo também consolida as informações gerenciais dos projetos da STI, gerando indicadores para a alta Gestão e direcionamento das ações.



No decorrer do exercício, os projetos são acompanhados através das reuniões mensais de monitoramento com o CGTIC, com o objetivo de verificar se os resultados estão sendo produzidos conforme o planejado. Esta sistemática permite identificar preventiva e corretivamente os desvios, e promover as devidas correções no tempo certo, para que as metas sejam cumpridas ou, caso necessário, replanejadas.

3 INDICADORES ESTRATÉGICOS

A medição e análise da STI por indicadores fornecem subsídios para que as áreas possam acompanhar o desempenho das metas, do trabalho efetuado e propor ações de melhoria no suporte às necessidades de informações para a gestão. Apesar de total consciência da necessidade de acompanhar os números da TI, esta é uma ação a ser iniciada e adotada como melhor prática.

A relação de indicadores encontra-se no anexo 01. A medição da execução das ações deve ser apresentada anualmente na revisão do PDTI.

4 GESTÃO FINANCEIRA DE TI

O modelo de Gestão Financeira de TI é o conjunto de objetivos, responsabilidades, atores, papéis e processos, que visam a garantia dos melhores produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho com o menor custo possível.

O modelo de gestão financeira de TI do PJES compreende, entre outras informações, o estudo da previsão orçamentária, todo o processo de redução de custos, levando em conta o cenário atual de contingenciamento de gastos em que nos encontramos, e as recomendações sugeridas pela Consultoria Gartner, com base em fluxos de execução e no controle atual feito por planilhas para a tomada de decisões gerenciais.

A gestão financeira de TI precisa ser revista e readaptada, a fim de aprimorar todo o modelo, incluindo o fluxo de informações e o processo de controle, com ações a serem tomadas de imediato e outras ações a serem implementadas em curto e em médio espaço de tempo.

4.1 OTIMIZAÇÃO DE CUSTOS DE TI

Com o intuito de maximizar a economia e a racionalização dos custos, a Secretaria da Tecnologia da Informação – STI pretende implantar o framework da Consultoria Gartner, que consiste em ações de otimização de custos de TI, baseado em práticas de sucesso reconhecidas pelo mercado. Neste programa serão identificadas oportunidades de redução de custos e ações que possibilitem a diminuição destes gastos.



4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Um dos pilares da Gestão Financeira é a Execução Orçamentária. Visando o cenário fiscal atual e as medidas de contingenciamento adotadas pelo Estado, a Secretaria da Tecnologia da Informação – STI tem tomado algumas iniciativas na busca constante de um gasto mais eficiente, maximizando os controles, através de levantamentos e acompanhamentos permanentes, objetivando sempre a mitigação dos custos e a melhoria dos serviços prestados.

O plano orçamentário deve ser apresentado anualmente e faz parte do PDTI.

5 GESTÃO DE RISCO

Em 2016, foi instituído o Comitê de Segurança da Informação por meio da Portaria nº 04/2016. Em março daquele ano, a STI realizou diagnóstico situacional, a pedido do CGTIC, por meio do qual foram identificados riscos para entrega de valores ao PJES. Tais itens identificados foram atualizados e seguem agrupados em 05 temas no anexo 02.

A relação de riscos deve ser atualizada anualmente e faz parte do PDTI.

6 PESSOAS

A STI atua em TI de forma centralizada através da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). As atividades de TI são realizadas predominantemente com quadro de servidores.

Atualmente a alocação de pessoal é efetuada de acordo com as necessidades dos projetos e operações, dimensionadas pelos coordenadores das áreas em comum acordo com a Secretária da STI.

A integração entre pessoas e organizações é complexa e dinâmica. Sempre existirão divergências, pois cada pessoa processa a realidade de acordo com seus interesses. Assim sendo, fez-se necessário detectar os principais problemas que causam descontentamento por parte dos colaboradores, para que através desse estudo venham a serem encontradas as causas.



6.1 QUADRO EFETIVO DA TI

O quadro efetivo da TI é formado por técnicos e analistas, que ingressaram no PJ/ES por meio de concurso público. Apesar de haver diferenciação das atividades de cada cargo, estabelecida por meio de normativos deste Poder, na prática, não há diferenciação de atividades.

Há que se considerar que a TI do PJ/ES, não possui maturidade em seus processos que permita segregar atividades técnicas das atividades de analista. Outro fator relevante está na própria característica do profissional de TI, qual seja, a de estar sempre em desenvolvimento de conhecimentos diversos.

Neste ramo de atividade, encontram-se pessoas especializadas em práticas, extremamente necessárias para um determinado conhecimento que, independentemente de qual cargo ocupam, tratam das demandas em consonância com competências e suas habilidades que possuem.

Não obstante a questão dos inúmeros conhecimentos necessários ao profissional de TI, a STI está inserida em um ambiente de crescente demanda. No entanto, a sua força de trabalho é cerca de 40% da necessária, de acordo com a Resolução CNJ no 211/2015, que versa sobre a força de trabalho mínima para a área de Tecnologia da Informação.

Dessa forma, técnicos e analistas convivem com as mesmas tarefas e acabam desempenhando os mesmos papéis. As atividades exercidas são divididas de forma igualitária.

6.2 FUNÇÕES GRATIFICADAS E CARGOS COMISSIONADOS.

A STI possui funções gratificadas e cargos comissionados de assessoria, mas em decorrência da atual situação econômica enfrentada, os servidores ocupantes foram destituídos destas funções.

A ausência de chefia imediata impactou na liderança das seções, conseqüentemente as priorizações e a organização do trabalho ficaram comprometidas. Os antigos chefes de seção continuam sobrecarregados e se sentem desconfortáveis em delegar demandas aos seus colegas. Conseqüentemente, as Coordenadorias precisam atuar mais no operacional, o que prejudica substancialmente atividades táticas e estratégicas que deveriam desempenhar.

Há que se ressaltar que os profissionais de TI, em sua maioria, não possuem habilidades para gerir os contratos e tampouco destreza em termos jurídicos e administrativos. Para minimizar este risco, os cargos comissionados de assessores judiciários eram ocupados por profissionais de competência inexistente no quadro de servidores, profissionais de Direito e de Administração.

Com a impossibilidade de nomeação para estes cargos, os servidores da TI tem que aprender a lidar com as questões legais e administrativas. Nesta situação, as atividades necessárias ao seu dia a dia, as estritamente técnicas, ficam comprometidas.

Esta situação fica aparente na Coordenadoria de Manutenção e Suporte. Os servidores que lá atuam gerenciam cerca de 50 contratos, o que gera comprometimento nas atividades técnicas. Devido à sobrecarga de atividades gerenciais e operacionais, apesar de previsão em contrato para atualização das



ferramentas que são utilizadas para suportar a estrutura atual, não há tempo, capacidade e conhecimento para modernização da infraestrutura. Dessa forma, todas as 07 seções da coordenadoria usam ferramentas desatualizadas. Não há equipe dedicada à inovação, tampouco à análise de novas tecnologias.

A capacitação é um problema da STI. A cada momento surgem necessidades diversas e deficiência da equipe em algum conhecimento. É necessário um plano de capacitação adequado às competências do efetivo da STI.

Também é desejável que seja estabelecido uma unidade organizacional que possa tratar de assuntos de Governança e de Gestão. Não há condições de viabilizar estudos comparativos (benchmarking) com demais Tribunais. Esta ferramenta auxiliaria a tomada de decisão para o alcance à pretendida Governança.

6.3 CAPACITAÇÃO

A capacitação do pessoal é planejada através de um processo anual elaborado a partir das necessidades elencadas pelos coordenadores, dando origem ao Plano de Capacitação anual.

A STI tem como objetivo revisar o Modelo de Gestão de TI para que ele contemple, a partir do mapeamento dos papéis dos técnicos, uma proposta de análise da forma de contratação de pessoal e, se necessário, a revisão do Organograma da STI.

A análise do quadro de pessoal da STI e o plano de capacitação devem ser atualizados anualmente, além de fazerem parte do PDTI.



7 PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - 2017

De acordo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos dos processos de Tecnologia da Informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

Dado o exposto, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), apresenta o PDTI contendo o conjunto de recomendações para nortear os direcionamentos e investimentos destinados ao tratamento das necessidades de Tecnologia da Informação(TI), com vistas à realização das metas e ações do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Este PDTI abrange a TIC no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. O método de execução deste PDTI se dará por meio do acompanhamento sistêmico dos investimentos, projetos e ações nele previstos, por parte dos gestores da STI, aos quais caberão informar ao CGTIC os resultados alcançados.

O presente PDTI é composto dos seguintes itens:

- Anexo 01 – Relação de indicadores estratégicos e medições do corrente ano;
- Anexo 02 – A análise do quadro de pessoal da STI;
- Anexo 03 – Plano de Capacitação;
- Anexo 04 – Plano de Riscos;
- Anexo 05 – Plano Orçamentário;
- Anexo 06 – Portifólio de projetos do ano.



ANEXO 1 - RELAÇÃO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS E MEDIÇÕES DO CORRENTE ANO

1 – IMPLANTAR A GOVERNANÇA DE TI.

Indicador 1.1: Índice de execução do Plano Anual de Capacitação de TIC, no mínimo 70%.

O que Mede	Grau de execução do Plano de Capacitação de TIC.			
Quando Medir	Anualmente			
Porque medir	Para avaliar se a execução do Plano Anual de Capacitação TIC atende as metas nacionais			
Como medir	(Cursos realizados / Cursos previstos) x 100			
Situação Atual	Não medido			
Meta	Alcançar até 2020, 70% de execução do plano de capacitação.			
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	55%	60%	65%	70%
Observações:	Alinhado a resolução nº 211/2015 do CNJ - Objetivo Estratégico 1 (OE-1)			
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC - CGTIC.			



Indicador 1.2: Índice do Nível de Governança de TI (iGovTIC-JUD) – Nível Intermediário ou Aprimorado

O que Mede	Grau de adoção das melhores práticas de Governança de TI, baseado no modelo de avaliação do iGovTIC-JUD.			
Quando Medir	Anualmente			
Porque medir	Para a adoção de boas práticas de Governança de TIC no Poder Judiciário			
Como medir	Usar o modelo de avaliação do iGovTIC-JUD. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario .			
Situação Atual	Satisfatório.			
META				
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	Satisfatório	Satisfatório	Aprimorado	Aprimorado
Observações	<p>Alinhado a resolução 211/2015 do CNJ - Objetivo Estratégico 4 (OE-4). O CNJ elenca critérios relacionados à automação, capacitação, tecnologia, força de trabalho total mínima de TIC e governança de TIC, que juntos definem o porte do tribunal em tecnologia da informação e comunicação</p> <p>Nivelamento da classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acima de 90% > Excelência • Entre 70% e 89% > Aprimorado • Entre 40% e 69% > Satisfatório • Abaixo de 39 > Baixo 			
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC - CGTIC.			

Gráfico 5. Classificação dos Órgãos de Médio Porte iGovTIC-JUD 2016

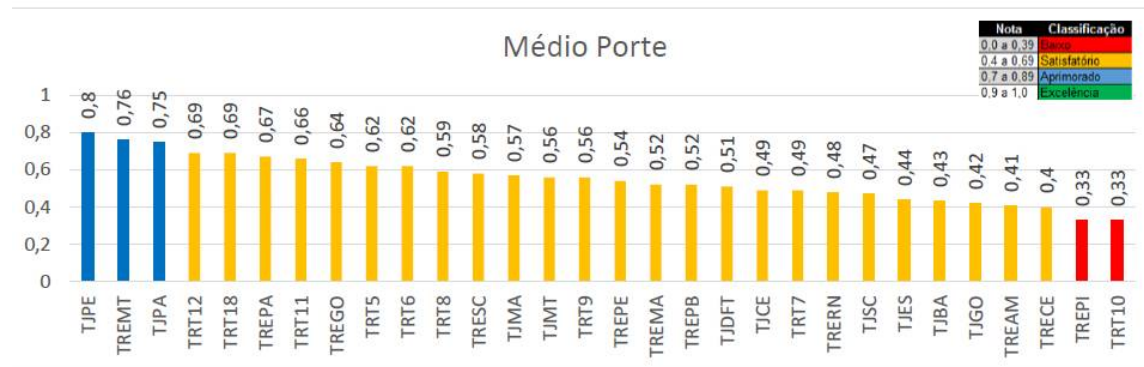


Figura 5 - Situação apurada em 2016



Indicador 1.3: Índice de serviços críticos com riscos mapeados.

O que Mede	Soluções de TI consideradas críticas mapeadas			
Quando Medir	Anualmente			
Porque medir	Identificar se as soluções de TI consideradas críticas estão com os riscos mapeados de acordo com a Gestão de Riscos.			
Como medir	$(\text{Número de serviços críticos com riscos mapeados} / \text{número de serviços críticos}) \times 100$			
Situação Atual	Não medido.			
META	Realizar anualmente 10 projetos/ações a fim de eliminar riscos identificados no Plano de Riscos.			
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	20%	40%	60%	80%
Observações	Alinhado a resolução 211/2015 do CNJ - Objetivo Estratégico 8 (OE-8).			
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC – CGTIC.			
Iniciativa	Formalizar o processo de Gestão de Riscos			

Indicador 1.4: Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços prestados pela área de TIC, no mínimo 80%.

O que Mede	O nível de satisfação dos usuários com os serviços de TIC.			
Quando Medir	Anualmente.			
Porque medir	Para aferir se os serviços estão atendendo às necessidades de seus usuários.			
Como medir	Percentual de aprovação em pesquisa de satisfação disponibilizada no Portal do PJES.			
Situação Atual	Não medido.			
META	Alcançar até 2020, 80% do nível satisfação dos usuários internos.			
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	50%	60%	70%	80%
Observações	Alinhado a resolução 211/2015 do CNJ - Objetivo Estratégico 9 (OE-9).			
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC - CGTIC.			



2 – ELEVAR A PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO.

Indicador 2.1: Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe

O que Mede	Cumprimento do cronograma anual de implantação do PJe			
Quando Medir	Anualmente			
Porque medir	Para atender determinação do CNJ – Resolução nº 185/2013			
Como medir	$(\text{Número de unidades judiciárias instaladas} / \text{Número de unidades judiciárias previstas no ano}) \times 100$			
Situação Atual	28 unidades judiciárias instaladas da competência Execuções Fiscais de um total de 76 previstas em 2016. (37%)			
META	100%			
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%
Observações	-			
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC - CGTIC.			

Indicador 2.2: Índice de Adesão de Projetos de TIC alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional

O que Mede	Grau de execução dos Projetos de TIC alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI.			
Quando Medir	Anualmente			
Porque medir	Para melhorar a produtividade das áreas administrativas do PJES			
Como medir	$(\text{Número de projetos executados de TIC} / \text{Número de projetos previstos no planejamento de TIC}) \times 100$			
Situação Atual	Não medido.			
META	-			
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	60%	70%	80%	90%
Observações	-			
Responsável pela apuração	Secretaria Geral			



3 – IMPLANTAR A GESTÃO DE CUSTOS.

Indicador 3.1: Índice de execução do plano orçamentário de TIC, no mínimo 80%

O que Mede	O percentual de execução orçamentário em relação ao orçamento aprovado para o exercício financeiro.			
Quando Medir	Anualmente no mês de Agosto do ano subsequente			
Porque medir	Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TIC.			
Como medir	Valor total do orçamento executado/ Valor total do orçamento aprovado X 100			
Situação Atual	47,72%. Fonte: SIGEFES, 030901 - Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado do ES, medido em janeiro de 2017, referente a execução orçamentária em 2016.			
META	Alcançar até 2020, 80% de execução do orçamento aprovado.			
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	50%	60%	70%	80%
Observações	Alinhado a resolução 211/2015 do CNJ - Objetivo Estratégico 3 (OE-3).			
Responsável pela apuração	Secretaria de Tecnologia da Informação - STI			

Valor apurado em 2016

02.061. 0023. 2078 - EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	ORÇADO	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	A LIQUIDAR	% Execução
Tecnologia da Informação - manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços de TI - 000992	17.152.451,00	17.152.451,00	14.806.615,28	8.184.445,17	6.622.170,11	47,72%



4 – OTIMIZAR E INCREMENTAR A POSSIBILIDADE DE ACESSO À JUSTIÇA.

Indicador 4.1: Virtualização da Justiça Estadual

O que Mede	Mede o aumento da quantidade de petições de 1ª e 2ª Instâncias encaminhadas através mecanismos automatizados, comparando-as com as petições de 1ª e 2ª Instâncias encaminhadas de forma presencial.											
Quando Medir	Anualmente											
Porque medir	Para acompanhar a utilização de soluções que facilitem o acesso à Justiça, através da capilaridade dos sistemas e serviços judiciais.											
Como medir	$(\text{Total de processos distribuídos eletronicamente} / \text{Total de processos distribuídos no ano}) \times 100$											
Situação Atual	Não medido											
Meta	Atingir em 2020, 10% de PETIÇÕES via mecanismos automatizados, em relação aos quantitativos de PETIÇÕES de forma presencial nos sistemas de 1ª Instância e 2ª Instância.											
Distribuição	<table border="1"><thead><tr><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>60%</td><td>70%</td><td>75%</td><td>80%</td></tr></tbody></table>	2017	2018	2019	2020	60%	70%	75%	80%			
2017	2018	2019	2020									
60%	70%	75%	80%									
Observações	Total de processos distribuídos conforme relatório do BI. Total de processos distribuídos eletrônico deve considerar os sistemas PJe e Projudi.											
Responsável pela apuração	Coordenadoria de Desenvolvimento.											



5 – ASSEGURAR SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DE TI ADEQUADAS.

Indicador 5.1: Índice de processamento central (Datacenter), com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.

O que Mede	Requisitos mínimos de atendimento as melhores práticas nacionais e internacionais para esses tipos de ambientes.			
Quando Medir	Anualmente			
Porque medir	Garantir a alta disponibilidade dos serviços de TIC (Datacenter).			
Como medir	(Numero de requisitos atendidos da norma / Numero de requisitos definidos na norma) x 100			
Situação Atual	Não medido.			
Meta	Atender os requisitos mínimos de segurança estabelecidos pela norma TIA 942.			
Distribuição	2017	2018	2019	2020
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Tier 3
Observações	Alinhado a resolução 211/2015 do CNJ – Objetivo Estratégico 2 (OE-2).			
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC – CGTIC			

**Indicador 5.2: Índice de metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.**

O que Mede	A maturidade do processo de engenharia de software da STI.											
Quando Medir	Anualmente											
Porque medir	Para analisar a criação de métodos que melhorem o processo de engenharia de software, através do aumento da qualidade do produto de software, da diminuição do retrabalho, da redução do tempo para atender às necessidades do PJES e maior precisão nas estimativas das soluções de sistemas.											
Como medir	Número de Resultados esperados de processos implantados / Número de Resultados Esperados de processos previstos nos respectivos níveis do MPS.BR. Considerando que os processos previstos podem ser encontrados em: Nível G: http://www.softex.br/mpsbr/guias/guias/MPS.BR_Guia_de_Implementacao_Parte_1_2011.pdf Nível F: http://www.softex.br/mpsbr/guias/guias/MPS.BR_Guia_de_Implementacao_Parte_2_2011.pdf Nível E: http://www.softex.br/mpsbr/guias/guias/MPS.BR_Guia_de_Implementacao_Parte_3_2011.pdf											
Situação Atual	Não medido											
Meta	Alcançar até 2020 o 50% do NÍVEL F (Parcialmente Definido) do MPS.BR.											
Distribuição	<table border="1"><thead><tr><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>50% G</td><td>100% G</td><td>25% F</td><td>50% F</td></tr></tbody></table>	2017	2018	2019	2020	50% G	100% G	25% F	50% F			
2017	2018	2019	2020									
50% G	100% G	25% F	50% F									
Observações	Alinhado a resolução 211/2015 do CNJ – Objetivo Estratégico 6 (OE-6). Não será possível atingir o indicador devido à deficiência de efetivo na Coordenadoria de desenvolvimento.											
Responsável pela apuração	Coordenadoria de Desenvolvimento											

Indicador 5.3: Índice de sistemas judiciais aderentes ao modelo nacional interoperabilidade (MNI), no mínimo 80%.

O que Mede	Número de sistemas Nacionais vigentes no TJES e que estão aderente ao Modelo Nacional de Interoperabilidade do CNJ.											
Quando Medir	Anualmente											
Porque medir	Atender a determinação do CNJ, a fim de viabilizar troca de informações entre Sistemas Nacionais.											
Como medir	Total de Sistemas Nacionais aderentes ao modelo nacional de interoperabilidade / Total de sistemas vigentes no TJES.											
Situação Atual	Considerando o webservice desenvolvido para troca de informações com o MPES , a meta foi cumprida em 2016.											
Meta	100% dos Sistemas Nacionais aderentes											
Distribuição	<table border="1"><thead><tr><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td></tr></tbody></table>	2017	2018	2019	2020	100%	100%	100%	100%			
2017	2018	2019	2020									
100%	100%	100%	100%									
Observações	Alinhado a resolução 211/2015 do CNJ - Objetivo Estratégico 7 (OE-7).											
Responsável pela apuração	Coordenadoria de Desenvolvimento.											



Indicador 5.4: Índice de disponibilidade dos sistemas essenciais do PJES

O que Mede	A disponibilidade dos Sistemas Jurídicos.											
Quando Medir	Semestralmente (medida anual = média aritmética dos resultados semestrais).											
Porque medir	Garantir que todos os sistemas computacionais essenciais ao Judiciário estejam dentro do padrão de disponibilidade acordado com os usuários.											
Como medir	Fórmula = $(TTO - TTI / TTA) \times 100$. TTO = Tempo total sem falhas dos sistemas essenciais no ano-base. TTI = Tempo de indisponibilidade ano-base. TTA = Tempo total acordado no ano-base (excluindo-se os tempos de paradas programadas).											
Situação Atual	Não medido											
Meta	Alcançar 90% de disponibilidade dos sistemas essenciais, medida a partir do estabelecido pelo acordo de nível operacional (ANO).											
Distribuição	<table border="1"><thead><tr><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>60%</td><td>70%</td><td>80%</td><td>99%</td></tr></tbody></table>	2017	2018	2019	2020	60%	70%	80%	99%			
2017	2018	2019	2020									
60%	70%	80%	99%									
Observações	A ser definido, por não haver ANS estabelecido para os sistemas essenciais.											
Responsável pela apuração	Coordenadoria de Suporte e Manutenção											



ANEXO 02 - ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL DA STI

Quantitativo de pessoal da STI

Situação em janeiro/2016

CARGOS EFETIVOS	Cargos	Ocupados	Vagos/ Cedidos
Analista judiciário – ae – administração	1	1	0
Analista judiciário – ae – análise de banco de dados	3	3	0
Analista judiciário – ae – análise de sistemas	13	11	2
Analista judiciário – ae – análise de suporte	6	6	0
Analista judiciário – ae – informática	3	3	0
Auxiliar judiciário – qs – serviços gerais	1	1	0
Técnico judiciário – aa – sem especialidade	1	0	1
Técnico judiciário – ae – técnico em informática	24	17	7
CORREGEDORIA			
Analista Judiciário – ae – Informática	1	1	0
TOTAL	53	45	8
CARGOS COMISSIONADOS			
Secretário De Tecnologia Da Informação	1	1	0
Assessor Judiciário	3	0	3
Coordenador De Suporte E Manutenção	1	1	0
Coordenador De Desenvolvimento	1	1	0
TOTAL	6	3	3
TOTAL GERAL	59	48	11

FUNÇÃO GRATIFICADA	Cargos	Ocupados
Chefe de seção da segurança da informação	1	0
Chefe de seção de apoio à inspeção e correição	1	0
Chefe de seção de atendimento	1	0
Chefe de seção de infraestrutura de sistema	1	0
Chefe de seção de instalação e manutenção	1	0
Chefe de seção de intranet e internet	1	0
Chefe de seção de projetos administrativos	1	0
Chefe de seção de projetos jurídicos	1	0
Chefe de seção de suporte	1	0
Chefe de seção de telecomunicações	1	0



Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

TOTAL	10	0
--------------	-----------	----------

Quadro demonstrativo das funções gratificadas.

CENTRAL DE APOIO MULTIDISCIPLINAR POR REGIÃO JUDICIÁRIA			
TÉCNICO JUDICIÁRIO – AE – TÉCNICO EM INFORMÁTICA	QTD.	Na Central	Cedidos à STI
BARRA DE SÃO FRANCISCO (1 Vaga Não Ocupada)	2	0	1
Cachoeiro De Itapemirim	2	1	1
Cariacica	2	2	0
Colatina	2	2	0
Guarapari	2	2	0
Linhares	1	0	1
Nova Venécia	2	1	1
São Mateus	1	0	1
Serra	2	2	0
Venda Nova Do Imigrante	2	1	1
Vila Velha	2	2	0
VITÓRIA	2	0	2
TOTAL	22	13	8

Quadro demonstrativo da Central de Apoio Multidisciplinar. Estrutura descentralizada. Fora da gestão da STI

OUTRAS ÁREAS	Projetos	QTD.
Analista Judiciário – AJ – Direito	PJe	2
Auxiliar Judiciário – OS – Serviços Gerais – M.05	PJe	1
Analista Judiciário Especial – AJ – Contador	PJe	1
Técnico Judiciário – AE – Técnico em Telecomunicações	Seção de Telecomunicações – Telefonia	1
TOTAL		5

Quadro demonstrativo dos cargos cedidos de outras áreas.

UNIDADES	CEDIDOS A STI		
	QTD. ATUAL	TÉCNICOS DE INFORMÁTICA	OUTRAS ÁREAS
Secretaria De Tecnologia Da Informação	3	1	1
Coordenadoria De Suporte E Manutenção	1	0	0
Seção Da Segurança Da Informação	5	0	0
Seção De Apoio À Inspeção E Correição	1	0	0
Seção De Atendimento	1	1	0
Seção De Infraestrutura De Sistema	3	1	0
Seção De Instalação E Manutenção	3	0	0
Seção De Suporte	4	1	0
Seção De Telecomunicações	3	1	1
Coordenadoria De Desenvolvimento	1	0	0
Seção De Intranet E Internet	1	1	0
Seção De Projetos Administrativos	5	0	0
Seção De Projetos Jurídicos	14	2	3



Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

Corregedoria	1	0	0
TOTAL	46	8	5
TOTAL GERAL	59		

Quadro demonstrativo dos cargos lotados na STI.

Número de usuários de TI

Levantamento realizado na Base de Dados do Sistema Gerenciador de Usuários (IDM) em 03/03/2016.

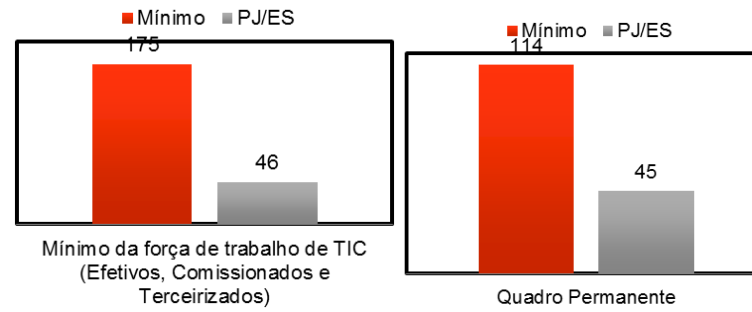
Usuários Internos	7.100
Cedidos ao PJES	115
Estagiário	2.070
Gerente	329
Magistrado	466
Servidor	4.044
Terceiro	76
Usuários Externos	3.623
Advogados	3.036
Defensores	161
PGE	7
Outros Órgãos	419
TURTic = 7.100 + (3.623 * 0,10)	7.462

Nivelamento dos cargos de acordo com a Resolução CNJ 211/2015

Parâmetros da Resolução CNJ no. 211/2015	Referencial (*)
Total de Usuários de Recursos de TIC no PJES	Entre 5.001 e 10.000
Mínimo de Força de Trabalho de TIC (Efetivos, Comissionados e terceirizados)	1,00% + 100
Mínimo necessário de servidores do quadro permanente	0,65% + 65

(*) Considerando os dados dispostos na Resolução CNJ no.211/2015 e a relação de usuários.

Quadro sugerido pela Resolução CNJ 211/2015 para o PJES	Índice de Adequação
Mínimo da força de trabalho de TIC (Efetivos, Comissionados e Terceirizados)	26,3%
Mínimo necessário de servidores do quadro permanente	39,6%





ANEXO 03 - PLANO DE CAPACITAÇÃO

O Plano Anual de Capacitação da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) busca qualificar e capacitar os servidores do quadro de TIC em consonância com as metas e objetivos institucionais do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES), além das metas e objetivos traçados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por meio da Resolução n.º 211/2015 do CNJ, está previsto a constituição de estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda da Tecnologia da Informação e Comunicação para capacitação do macroprocesso de governança e gestão, dentre outros, na qual prevê a elaboração do Plano Anual de Capacitação como instrumento de planejamento para o desenvolvimento de novas competências operacionais e gerenciais.

Assim, a capacitação dos profissionais da STI é essencial para o sucesso das ações previstas no Planejamento desta Secretaria, na medida em que quanto maior for o nível de qualificação profissional, melhor será a produtividade dos servidores, gerando produtos e serviços com maior qualidade a um custo menor.

Atualmente os servidores lotados na STI não possuem todas as habilidades e competências necessárias para manter o parque tecnológico atual, o que ocasiona problemas tais como: versões de aplicações corporativas obsoletas, indisponibilidades dos sistemas, aumento do tempo de retorno de incidentes, demora na resolução das solicitações relacionadas à tecnologia da informação, dentre outros.

A valorização dos servidores do quadro de TIC é a única solução para os problemas que, a cada dia, vão surgindo. Assim, não há saída que não seja pela capacitação, que torna o servidor cada vez mais apto a desempenhar o seu papel em benefício dos que dele necessitam, promovendo o aumento da qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PJES.

Atualmente os servidores lotados na STI não receberam formação específica para o exercício das suas atividades, que são norteadas por ações que se integram a partir da tríade formação para o exercício do cargo, para atuação no ambiente organizacional e para o exercício da função.

OBJETIVO

Promover ações que atendam às necessidades de capacitação, vinculadas ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), potencializando o desenvolvimento das competências, individuais e coletivas, bem como o desenvolvimento integral e valorização profissional dos servidores da STI.

Com isso, o Plano de Capacitação da STI busca nivelar o conhecimento nas áreas de conhecimento, tecnologias e ferramentas utilizadas para suportar o parque tecnológico do PJES, bem como permitir a evolução e prospecção e novas soluções relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas e objetivos institucionais e nacionais, além de atender a resolução nº 211/15 do CNJ, na qual determina a elaboração de um plano de capacitação de tecnologia da informação.



JUSTIFICATIVA

A Capacitação de Servidores do Judiciário é hoje um processo essencial e imprescindível, cuja prática justifica-se pelo cumprimento de princípios e normas federais, resultando na eficiência da prestação do serviço.

Desenvolver o potencial humano em simetria com os objetivos estratégicos institucionais é um desafio e deve merecer atenção especial. O investimento em pessoas é a base para que uma organização obtenha colaboradores cada vez mais qualificados, motivados e adequados à estratégia organizacional.

A elaboração e execução do Plano de Capacitação, sob a ótica da importância dessas ações para o alcance das metas e objetivos institucionais, é plenamente justificável, pois suas atividades estarão voltadas para o aprimoramento profissional dos servidores com vistas ao melhor desempenho funcional e da efetividade na prestação jurisdicional.

Apesar dos avanços até aqui, ainda há muito que se fazer para que a modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo atinja o nível de excelência idealizado e, inclusive, determinado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como o Tribunal de Contas da União - TCU.

Diante desse contexto, essa capacitação proposta é mais um degrau na caminhada para o alcance das metas e objetivos traçados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, pois traz benefícios para todos os jurisdicionados, uma que vez, com a devida qualificação, diminui-se o tempo despendido de cada servidor, alcançando assim a celeridade dos atos e procedimentos da administração e, conseqüentemente, atingindo a todos que, de uma forma ou outra, socorrem-se do Poder Judiciário.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS.

Entre as diversas iniciativas da STI destinadas a fomentar o Plano de Capacitação da STI, está o de capacitar seus servidores com conhecimento das “melhores práticas de Governança e Gestão da TI” (domínio Cobit - Educar e Treinar Usuários), consistindo em treinamentos dos técnicos e gestores para a execução de determinadas ações, processos ou projetos, com vistas à eficiência e eficácia e, conseqüentemente, a excelência na gestão de TI.

O presente plano deverá ser aplicado de forma contínua e com o objetivo de desenvolver uma capacitação permanente, de forma a manter os servidores da STI sempre atualizados com a evolução tecnológica e ferramentas utilizadas no PJES.



ESTRATÉGIAS DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

O Plano Anual de Capacitação deverá promover e suportar, de forma contínua, o alinhamento das competências gerenciais e técnicas dos servidores lotados na área de TIC às melhores práticas de governança, de gestão e de atualização tecnológica.

Competência	Capacitação	Perfis dos participantes indicados	Justificativa
Gerencial / Técnico	Gestão de contratos	Gestores da STI, servidores que atuam em contratações de TIC e em gestão de Contratos.	Necessidade de especificar o contrato em seus aspectos financeiro, operacional e legal; especificar os principais instrumentos legais referentes a contratos na administração pública, distinguindo conceitos essenciais; identificar os principais fatores que atribuem importância à fiscalização de um contrato; descrever o ciclo de acompanhamento de contratos, distinguindo suas principais etapas.
Gerencial / Técnico	Contratos de TI: 50 riscos que você pode reduzir	Gestores da STI, servidores que atuam em contratações de TIC.	A partir do modelo de contratação proposto para Administração Pública Federal, do "Guia do TCU", dos normativos e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o participante estará em condições de compreender os principais riscos no processo de planejamento da contratação de soluções de TI até o ponto em que identifique possíveis controles para mitigá-los.
Gerencial / Técnico	Redação	Gestores da STI, servidores que atuam em contratações de TIC.	Necessidade de aprimorar os conhecimentos técnicos para elaboração de textos (Pareceres e documentos oficiais). Tem como objetivo desenvolver a capacidade de elaborar textos escritos argumentativos, de tal forma que os participantes do curso possam escrever de forma confiante, fluente e eficiente. Eliminar as dúvidas e dificuldades de ordem gramatical.
Gerencial	Programa de Desenvolvimento das Competências Gerenciais	Gestores e equipe de planejamento e projetos da STI.	Necessidade de mapeamento das demandas e das exigências impostas à Administração Pública, estimulando a participação nas decisões da equipe, incentivando o diálogo e o compartilhamento de conhecimentos, com vistas ao comprometimento com as estratégias e os resultados.
Gerencial / Técnico	Gestão Orçamentária		Controle e previsibilidade sobre o orçamento de TIC pela alta administração. Na gestão de portfólio de TIC é importante que a alta administração tenha o controle, a previsão e o acompanhamento do orçamento de TIC gasto versus o orçamento planejado, a fim de monitorar os investimentos realizados.
Gerencial	Governança de TI (COBIT 5® Implementation e COBIT 5® Foundation)	Gestores e equipe de planejamento e projetos da STI.	Destinado a profissionais atuantes nas áreas de TI, preferencialmente em funções gerenciais, que necessitam do conhecimento da aplicação das ferramentas e técnicas de governança de TI, visando seu alinhamento aos objetivos estratégicos de suas organizações. Recomendação do Tribunal de Contas da União para o desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação aderente ao padrão COBIT 5; Instrução Normativa 04/2008 pelo Ministério do Planejamento. Os gestores de TI da área pública passarão a ser auditados e as aquisições de produtos e serviços de TI deverão ser previamente contempladas nos respectivos PDTI.
Gerencial	Curso ITIL Foundation	Gestores e equipe de planejamento e	Este treinamento tem como objetivo oferecer uma introdução detalhada aos conceitos,



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

		projetos da STI.	termos, definições, objetivos, benefícios e relacionamentos dos principais processos e funções para o Gerenciamento de Serviços de TI, de acordo com o modelo de melhores práticas do ITIL (Information Technology Infrastructure Library). Este é um curso de fundamentos em Gerenciamento de Serviços de TI, no qual fornece uma base para o exame de certificação da ITIL (ITIL V3 Foundation). Após a certificação ITIL V3 Foundation possibilita a continuação dos cursos ITIL v3 intermediário e/ou os cursos avançados na ITIL v3 Expert.
Gerencial	Prince2 Foundation	Gestores e equipe de planejamento e projetos da STI.	Aprender os conceitos básicos e desenvolver o gerenciamento de projetos com foco em três pontos: organização, gerenciamento e monitoração de um projeto. Define os objetivos específicos a serem alcançados, fluxos internos e externos e ações a serem tomadas.
Gerencial / Técnico	Catálogo de Serviços	Servidores envolvidos em mapeamento de processos de negócio da STI.	Aprender os conceitos básicos do produto e do processo catálogo de serviços até a criação e implementação de um catálogo de serviços dentro da organização. Com isso, definir e diferenciar entre os conceitos e princípios do Catálogo de serviços, descrever e explicar o uso, benefícios do catálogo de serviços, descrever e explicar os relacionamentos das diferentes visões do catálogo, como definir um serviço oferecendo aquilo que é para ser publicado em um catálogo de serviços, descrever a tecnologia para criar, gerenciar, usar e manter o produto catálogo bem como discutir e explicar uma abordagem de plano de projeto para a criação de um Catálogo de Serviços através de um Business Case justificável.
Técnico	Oracle BI 11g R1: Build Repositories	Servidores que atuam com desenvolvimento de sistemas	Desenvolver a capacidade de transformar dados de sua organização em inteligência, que vai melhorar a sua tomada de decisão do dia-a-dia. Este novo conhecimento vai ajudá-lo a fornecer tempo crítico, relevante e introspecções precisas. Além disso, você vai desenvolver habilidades que irão ajudá-lo a se tornar mais eficiente na construção de repositórios.
Técnico	Oracle BI 11g R1: Create Analyses and Dashboards	Servidores que atuam com desenvolvimento de sistemas e Equipe de Estatística	Aprender a usar o Oracle Hyperion Smart View para Office, para integrar dados Oracle BI e pontos de vista em apresentações e planilhas. Saia deste curso com os conhecimentos e habilidades para projetar aplicações móveis para o conteúdo de BI usando a edição de avaliação do Designer Oracle BI Mobile App. Além disso, você vai explorar o uso do Oracle BI Briefing Books, enquanto aprende a administrar objetos do Oracle BI Presentation Catalog. Transformar os dados da sua organização em inteligência para a melhor tomada de decisões. Fornecer tempo crítico, relevante e percepções precisas. Torne-se mais eficiente na modificação de análises e dashboards.
Técnico	Oracle Database: SQL Tuning for Developers	Servidores que atuam com desenvolvimento de sistemas	Desenvolver competências de tuning no Oracle SQL e como aplicar técnicas de ajuste no SQL. Aprender as diferentes formas em que os dados podem ser acessados de forma eficiente.
Técnico	Oracle SQL workshop	Servidores que atuam com desenvolvimento de sistemas	Necessidade de aprimorar os conceitos de bancos de dados relacionais e na linguagem de programação SQL. Desenvolver habilidades básicas em SQL que permitem aos desenvolvedores criar consultas em tabelas simples e múltiplas, manipular dados em tabelas e criar objetos de banco de dados.
Técnico	Oracle Database 12c: Administration Workshop	Servidores que atuam com administração de servidores de aplicação e de banco de dados.	Apresentar a arquitetura do Oracle Database, gerenciar com eficiência uma instância do Oracle Database, configurar o Ambiente de Rede Oracle e realizar a manutenção do banco de dados.
Técnico	Oracle Database 12c: Backup and Recovery Workshop	Servidores que atuam com administração de servidores de	Garantir um desempenho rápido, confiável, seguro e fácil de gerenciar. Otimizar cargas de trabalho de banco de dados, reduzir custos de TI e entregar um serviço de maior qualidade,



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

		aplicação e de banco de dados.	permitindo a consolidação de bancos de dados na nuvem. Os conceitos e arquitetura que suportam backup e recovery, junto com os passos necessários para realizá-los de várias formas e situações, abordadas em detalhes.
Técnico	NetIQ Identity Manager 4.5 Engine Implementation and Administration	Servidores que atuam na administração de equipamentos e sistemas que utilizam a plataforma correlata.	Fornecer competências para estruturar o gerenciamento de identidade de forma inteligente, para atender as necessidades do PJES. Aprender a implementar e administrar a solução de gerenciamento de identidade versão 4.5, passando por exercícios de instalação, e configuração do ambiente de IDM.
Técnico	NetIQ Identity Manager 4.5 Application Implementation, Administration and Governance		
Técnico	NetIQ Identity Manager 4.5 Customization and Roles		
Técnico	Micro Focus Open Enterprise Server Administration	Servidores que atuam na administração de equipamentos e sistemas que utilizam a plataforma correlata.	Desenvolver as competências para configurar, administrar os serviços de rede e executar as tarefas do Novell Open Enterprise server, entendendo seus conceitos e as novas características.
Técnico	Monitoramento de Redes com o Zabbix	Servidores que atuam na administração dos equipamentos de Telecomunicações do PJES.	Desenvolver as competências para o monitoramento dos ativos de TI com os processos internos do negócio. Fornecendo assim uma exímia ferramenta capaz de prevenir e diagnosticar rapidamente os problemas e trazer sua solução, apresentando uma visão completa dos eventos e serviços de TI.
Técnico	Certificação CCNA - Routing and Switching	Servidores que atuam na administração dos equipamentos de Telecomunicações do PJES.	Fornecer aos profissionais competências na instalação, configuração, operação e solução de problemas em redes de médio porte compostas por Roteadores e Switches, incluindo a implementação e verificação de conexões para sites ou unidades remotas conectadas via uma rede WAN.
Técnico	Windows 7, Enterprise Desktop Support Technician	Servidores que realizam atendimento aos usuários de TIC do TJES.	Melhorar o nível de serviço dos técnicos de suporte a campo, suporte no local e assistência técnica incluindo a capacidade para atendimento ao cliente, para o gerenciamento de serviços, assim como o conhecimento das melhores práticas necessárias para prestar serviço e suporte de alta qualidade junto aos clientes. Concentra-se em processos e conceitos chave para melhorar as operações de suporte em campo, bem como o atendimento ao cliente e habilidades interpessoais que melhoram a experiência do cliente.



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

PLANO DE CAPACITAÇÃO - EXECUTIVO 2016/2017

A tabela abaixo contém os cursos necessários ao programa de treinamento para os técnicos e gestores de cada área da STI, priorizando os cursos

Secretaria de TI				
Objetivo	Competência	Curso	Vagas	Justificativa
Aprimorar as Habilidades Gerenciais da Equipe	Gerenciais e Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de contratos 	18	Necessidade de especificar o contrato em seus aspectos financeiro, operacional e legal; especificar os principais instrumentos legais referentes a contratos na administração pública, distinguindo conceitos essenciais; identificar os principais fatores que atribuem importância à fiscalização de um contrato; descrever o ciclo de acompanhamento de contratos, distinguindo suas principais etapas.
		<ul style="list-style-type: none"> Contratos de TI: 50 riscos que você pode reduzir 	7	A partir do modelo de contratação proposto para Administração Pública Federal, do "Guia do TCU", dos normativos e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o participante estará em condições de compreender os principais riscos no processo de planejamento da contratação de soluções de TI até o ponto em que identifique possíveis controles para mitigá-los.
		<ul style="list-style-type: none"> Redação 	9	Necessidade de aprimorar os conhecimentos técnicos para elaboração de textos (Pareceres e documentos oficiais). Tem como objetivo desenvolver a capacidade de elaborar textos escritos argumentativos, de tal forma que os participantes do curso possam escrever de forma confiante, fluente e eficiente. Eliminar as dúvidas e dificuldades de ordem gramatical.
		<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento das Competências Gerenciais (ESESP) 	8	Necessidade de mapeamento das demandas e das exigências impostas à Administração Pública, estimulando a participação nas decisões da equipe, incentivando o diálogo e o compartilhamento de conhecimentos, com vistas ao comprometimento com as estratégias e os resultados.
		<ul style="list-style-type: none"> Gestão Orçamentária 	12	Controle e previsibilidade sobre o orçamento de TIC pela alta administração. Na gestão de portfólio de TIC é importante que a alta administração tenha o controle, a previsão e o acompanhamento do orçamento de TIC gasto <i>versus</i> o orçamento planejado, a fim de monitorar os investimentos realizados.
		<ul style="list-style-type: none"> Governança de TI (COBIT 5® Implementation e COBIT 5® Foundation) 	6	Destinado a profissionais atuantes nas áreas de TI, preferencialmente em funções gerenciais, que necessitam do conhecimento da aplicação das ferramentas e técnicas de governança de TI, visando seu alinhamento aos objetivos estratégicos de suas organizações. Recomendação do Tribunal de Contas da União para o desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação aderente ao padrão COBIT 5; Instrução Normativa 04/2008 pelo Ministério do Planejamento. Os gestores de TI da área pública passarão a ser auditados e as aquisições de produtos e serviços de TI deverão ser previamente contempladas nos respectivos PDTI.



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

		<ul style="list-style-type: none">• Curso ITIL Foundation	6	Este treinamento tem como objetivo oferecer uma introdução detalhada aos conceitos, termos, definições, objetivos, benefícios e relacionamentos dos principais processos e funções para o Gerenciamento de Serviços de TI, de acordo com o modelo de melhores práticas do ITIL (Information Technology Infrastructure Library). Este é um curso de fundamentos em Gerenciamento de Serviços de TI, no qual fornece uma base para o exame de certificação da ITIL (ITIL V3 Foundation). Após a certificação ITIL V3 Foundation possibilita a continuação dos cursos ITIL v3 intermediário e/ou os cursos avançados na ITIL v3 Expert.
		<ul style="list-style-type: none">• Prince2 Foundation	5	Aprender os conceitos básicos e desenvolver o gerenciamento de projetos com foco em três pontos: organização, gerenciamento e monitoração de um projeto. Define os objetivos específicos a serem alcançados, fluxos internos e externos e ações a serem tomadas.
		<ul style="list-style-type: none">• Catálogo de Serviços	8	Aprender os conceitos básicos do produto e do processo catálogo de serviços até a criação e implementação de um catálogo de serviços dentro da organização. Com isso, definir e diferenciar entre os conceitos e princípios do Catálogo de serviços, descrever e explicar o uso, benefícios do catálogo de serviços, descrever e explicar os relacionamentos das diferentes visões do catálogo, como definir um serviço oferecendo aquilo que é para ser publicado em um catálogo de serviços, descrever a tecnologia para criar, gerenciar, usar e manter o produto catálogo bem como discutir e explicar uma abordagem de plano de projeto para a criação de um Catálogo de Serviços através de um Business Case justificável.



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

Coordenaria de Desenvolvimento				
Objetivo	Competência	Curso	Vagas	Justificativa
Aprimorar a Capacidade Tecnológica da Equipe	Tecnológicas	<ul style="list-style-type: none">Oracle BI 11g R1: Build Repositories	8	Desenvolver a capacidade de transformar dados de sua organização em inteligência, que vai melhorar a sua tomada de decisão do dia-a-dia. Este novo conhecimento vai ajudá-lo a fornecer tempo crítico, relevante e introspecções precisas. Além disso, você vai desenvolver habilidades que irão ajudá-lo a se tornar mais eficiente na construção de repositórios.
		<ul style="list-style-type: none">Oracle BI 11g R1: Create Analyses and Dashboards	9	Aprender a usar o Oracle Hyperion Smart View para Office, para integrar dados Oracle BI e pontos de vista em apresentações e planilhas. Saia deste curso com os conhecimentos e habilidades para projetar aplicações móveis para o conteúdo de BI usando a edição de avaliação do Designer Oracle BI Mobile App. Além disso, você vai explorar o uso do Oracle BI Briefing Books, enquanto aprende a administrar objetos do Oracle BI Presentation Catalog. Transformar os dados da sua organização em inteligência para a melhor tomada de decisões. Fornecer tempo crítico, relevante e percepções precisas. Torne-se mais eficiente na modificação de análises e dashboards.
		<ul style="list-style-type: none">Oracle Database: SQL Tuning for Developers	10	Desenvolver competências de tuning no Oracle SQL e como aplicar técnicas de ajuste no SQL. Aprender as diferentes formas em que os dados podem ser acessados de forma eficiente.
		<ul style="list-style-type: none">Oracle SQL workshop	25	Necessidade de aprimorar os conceitos de bancos de dados relacionais e na linguagem de programação SQL. Desenvolver habilidades básicas em SQL que permitem aos desenvolvedores criar consultas em tabelas simples e múltiplas, manipular dados em tabelas e criar objetos de banco de dados.



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

Coordenaria de Suporte e Manutenção				
Objetivo	Competência	Curso	Vagas	Justificativa
Aprimorar a Capacidade Tecnológica da Equipe	Tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> Oracle Database 12c: Administration Workshop 	4	Apresentar a arquitetura do Oracle Database, gerenciar com eficiência uma instância do Oracle Database, configurar o Ambiente de Rede Oracle e realizar a manutenção do banco de dados.
		<ul style="list-style-type: none"> Oracle Database 12c: Backup and Recovery Workshop 	4	Garantir um desempenho rápido, confiável, seguro e fácil de gerenciar. Otimizar cargas de trabalho de banco de dados, reduzir custos de TI e entregar um serviço de maior qualidade, permitindo a consolidação de bancos de dados na nuvem. Os conceitos e arquitetura que suportam backup e recovery, junto com os passos necessários para realizá-los de várias formas e situações, abordadas em detalhes.
		<ul style="list-style-type: none"> NetIQ Identity Manager 4.5 Engine Implementation and Administration 	10	Fornecer competências para estruturar o gerenciamento de identidade de forma inteligente, para atender as necessidades do PJES. Aprender a implementar e administrar a solução de gerenciamento de identidade versão 4.5, passando por exercícios de instalação, e configuração do ambiente de IDM.
		<ul style="list-style-type: none"> NetIQ Identity Manager 4.5 Application Implementation, Administration and Governance 	10	
		<ul style="list-style-type: none"> NetIQ Identity Manager 4.5 Customization and Roles 	10	
		<ul style="list-style-type: none"> Micro Focus Open Enterprise Server Administration 	5	Desenvolver as competências para configurar, administrar os serviços de rede e executar as tarefas do Novell Open Enterprise server, entendendo seus conceitos e as novas características.
		<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento de Redes com o Zabbix 	5	Desenvolver as competências para o monitoramento dos ativos de TI com os processos internos do negócio. Fornecendo assim uma exímia ferramenta capaz de prevenir e diagnosticar rapidamente os problemas e trazer sua solução, apresentando uma visão completa dos eventos e serviços de TI.
		<ul style="list-style-type: none"> Certificação CCNA - Routing and Switching 	5	Fornecer aos profissionais competências na instalação, configuração, operação e solução de problemas em redes de médio porte compostas por Roteadores e Switches, incluindo a implementação e verificação de conexões para sites ou unidades remotas conectadas via uma rede WAN.



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

		<ul style="list-style-type: none">Windows 7, Enterprise Desktop Support Technician (6292-Installing and Configuring Windows 7 Client e 6293A - Troubleshooting and Supporting Windows 7 in the Enterprise)	12	Melhorar o nível de serviço dos técnicos de suporte a campo, suporte no local e assistência técnica incluindo a capacidade para atendimento ao cliente, para o gerenciamento de serviços, assim como o conhecimento das melhores práticas necessárias para prestar serviço e suporte de alta qualidade junto aos clientes. Concentra-se em processos e conceitos chave para melhorar as operações de suporte em campo, bem como o atendimento ao cliente e habilidades interpessoais que melhoram a experiência do cliente.
--	--	--	----	---



ANEXO 04 – PLANO DE CONTRATAÇÃO

A contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação é um processo de gestão essencial e cada vez mais utilizada em organizações de natureza pública e privada. Tal fato se deve, basicamente, à crescente especialização das atividades de TIC e à necessidade das organizações concentrarem seus recursos humanos e materiais nos processos diretamente relacionados às suas finalidades operacionais específicas e às atividades de gestão correlatas.

O Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação é instrumento de planejamento que contempla os investimentos em tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, objetivando o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), Planejamento Estratégico de TIC (PETI) e das ações e projetos definidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

O planejamento deve ser realizado de modo a promover a adequada utilização dos recursos orçamentários, corroborando com os instrumentos de planejamento supracitados.

Assim, todas as contratações devem ser precedidas de planejamento adequado, a fim de viabilizar a seleção da alternativa de contratação mais vantajosa para a Administração, em subordinação aos princípios da motivação, da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e às diretrizes de ampliação da competitividade e de garantia do atendimento do interesse público, da finalidade e da segurança da contratação.

Com isso, todos os artefatos da fase de planejamento deverão ser sucessivamente refinados até alcançar o pleno atendimento de seus objetivos e da legislação em vigor, guardando a devida compatibilidade entre os custos e os prazos do planejamento com o valor e a importância do bem ou serviço pretendido e os riscos envolvidos na contratação.

Além das motivações expostas, ressalta-se a obrigatoriedade estabelecida pela resolução CNJ nº 182/2013, que estabelece a elaboração do referido plano. Importante observar, que este documento **não vincula a aprovação automática das contratações** aqui presentes, porquanto as normativas internas de contratação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo devem ser seguidas na sua totalidade, normas nas quais estão estabelecidas, obrigatoriamente, a análise e aprovação de dispêndios de cada contratação, pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

O plano de contratação ora apresentado está dividido em dois grupos de projetos: os de sustentação de negócio e os de evolução de serviços.

Os dispêndios para **sustentação** objetivam manter a operação do atual ambiente computacional do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Os serviços a serem contratados são essenciais para a disponibilidade das aplicações jurídicas e administrativas que são utilizadas pelos magistrados e servidores na prestação jurisdicional.

Os projetos de **evolução dos serviços (Novos Projetos)** se encontram alinhados aos objetivos e iniciativas do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), **mas não possuem orçamento aprovado**, devendo para o andamento de suas contratações ocorrer após adequação orçamentária necessária

PROJETOS DE SUSTENTAÇÃO

Seção	Problema/Fraqueza / Demanda/Oportunidade	Objetivo / Meta	Projeto ou Atividade	Objetivo Estratégico Vinculado ao Planejamento Estratégico	Iniciativa Estratégica Vinculada ao Planejamento Estratégico
infraestrutura	Manter os bancos de dados, servidores de aplicação e ferramentas de inteligência de negócio Oracle com suporte técnico e atualizações de versão.	Atender a demanda de manter com suporte técnico com atualizações de versão os produtos Oracle utilizados no PJES.	Atividade - Serviços de Suporte Técnico Oracle	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Manutenção	Equipamentos de informática fora de garantia	Suprir a necessidade de compra de material para manutenção corretiva dos equipamentos.	Atividade - Materiais reposição	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
		Suprir a necessidade dos serviços de manutenção corretiva dos equipamentos.	Atividade - Manutenção Equipamentos Diversos (Ativos TI)	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Segurança	Expiração da validade dos certificados A1 dos servidores WEB do PJES	Substituir os certificados A1 dos servidores WEB que irão expirar.	Atividade - Aquisição de certificados digitais A1 Atividade - Serviço de entrega de certificados digitais A1	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Expiração dos certificados digitais A3 do PJES Rotatividade de cargos comissionados demandando novos certificados A3 Possibilidade de fornecimento para estagiários e Outros.	Possuir ARP vigente para fornecimento e reposição de certificados digitais A3 e mídias criptográficas Token (USB).	Atividade - Aquisição de Token para certificado digital A3	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
			Atividade - Aquisição de certificados digitais A3	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Manter o Filtro de Conteúdo Web com suporte técnico e atualizações de versão.	Atender a demanda de manter suporte técnico com atualizações de versão do Filtro de Conteúdo Web utilizado no PJES.	Atividade - Serviço de Suporte Técnico Filtro de Conteúdo Web	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Contratação de Suporte Técnico para os Produtos Symantec	Suporte Técnico para os Produtos Symantec.	Atividade - Suporte Técnico para os Produtos Symantec e Juniper	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Manter a Biblioteca de Fitas de Backup com suporte técnico e atualizações de versão.	Atender a demanda de manter suporte técnico com atualizações a Biblioteca de Fitas de Backup utilizado no PJES.	Atividade - Suporte Técnico de Biblioteca de Fitas de Backup	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Suporte	Servidores de rede que hospedam serviços fundamentais ao PJES e solução de backup sem serviço de manutenção.	Evitar a interrupção de sistemas críticos e consequente indisponibilidade de serviços de TI.	Atividade - Manutenção servidores Dell R620	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.



Seção	Problema/Fraqueza / Demanda/Oportunidade	Objetivo / Meta	Projeto ou Atividade	Objetivo Estratégico Vinculado ao Planejamento Estratégico	Iniciativa Estratégica Vinculada ao Planejamento Estratégico
	Nobreak de 80 Kwatts responsável por manter o fornecimento de energia de todo o Data Center do PJES sem serviço de manutenção.	Evitar a paralisação, por completo, dos serviços de TI.	Atividade - Manutenção Nobreak APC	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
			Atividade - Material de reposição Nobreak APC	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Aquisição de Placas HBA - Servidores e Storage	Atualizar a infra-estrutura da rede SAN do PJES aumentando a performance e confiabilidade no acesso aos dados.	Atividade - Aquisição de Placas HBA - Servidores e Storage	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Aquisição de placa 10GB Ethernet - Servidores e Storage	Atualizar a infra-estrutura da rede do PJES aumentando sua performance a fim de atender a crescente demanda dos sistemas informatizados.	Atividade - Aquisição de placa 10Gb Ethernet e Conversor de Interface 10 Gigabit - Servidores e Storage		
	Manter os diversos produtos Novell em uso no PJES, sob contrato de suporte técnico do fabricante, garantindo assim atualizações, correções, evoluções e atendimento especializado para solução de problemas.	Minimizar os riscos de: desatualização dos programas de computador, não evolução dos programas, ausência de um canal de suporte para solução de problemas ocorridos e indisponibilidade de determinados sistemas corporativos.	Atividade - Suporte das Licenças Novell	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Manter os diversos produtos VMware em uso no PJES, sob contrato de suporte técnico do fabricante, garantindo assim atualizações, correções, evoluções e atendimento especializado para solução de problemas.	Suporte Técnico para os Produtos Vmware	Atividade - Suporte VMWARE	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	O ambiente atual do Data Center não oferece segurança que garanta a alta disponibilidade de sistemas de TI requeridos pelo processo de modernização do PJES.	Suportar a TI deste Tribunal e seu gerenciamento, disponibilizando um ambiente que possa hospedar equipamentos e sistemas que garantam modernidade, desempenho, segurança confiabilidade e flexibilidade.	Atividade - Manutenção Data Center Container	Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.	Implantar projeto Datacenter Backup visando a gestão de continuidade de negócio.
Telecomunicações	Circuitos de dados instalados no PJES com velocidades inferiores ao atualmente demandado e inferiores ao exigido por resolução do CNJ	Proceder instalação de novos circuitos de dados com capacidade de tráfego superior, de forma a atender plenamente a demanda atual e o exigido pelo CNJ	Atividade - Serviços de Rede Estadual Judiciária	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Em decorrência de encerramento do contrato de manutenção vigente	Garantir o funcionamento do Sistema de	Atividade - Manutenção	Elevar a produtividade do	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Seção	Problema/Fraqueza / Demanda/Oportunidade	Objetivo / Meta	Projeto ou Atividade	Objetivo Estratégico Vinculado ao Planejamento Estratégico	Iniciativa Estratégica Vinculada ao Planejamento Estratégico
	e pela vital importância de uma perfeita comunicação interna e externa às dependências das Comarcas	Telefonia dos Fóruns	Centrais Telefônicas	Poder Judiciário	maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Solução para otimização da telefonia dos Fóruns	Fornecimento de centrais telefônicas para os Fóruns do PJES	Atividade - Aquisição de novas centrais telefônicas		
	Necessidade de haver comunicação entre os Fóruns, Tribunal de Justiça, e entre a sociedade de modo geral, tanto localmente quanto em outras regiões	Otimização da prestação do serviço, visando o aumento da disponibilidade e redução dos custos de telefonia do PJES	Atividade - Telefonia Comutada (Local, Longa Distância e 0800)		
	Necessidade de alguns servidores possuírem acesso aos sistemas do TJES e à Internet mesmo fora da rede de dados do PJES	Fornecimento de equipamento que forneça acesso móvel	Atividade - Serviços de Internet Móvel	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Coord. Desenv.	Gerir acervo de livros e periódicos da biblioteca do TJES	Contratar suporte e manutenção do sistema de gestão de biblioteca	Atividade - Serviços de Suporte para sistema da Biblioteca	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Secretaria	Melhorar a qualidade dos processos operacionais e estratégicos da secretaria de tecnologia da informação.	Contratação de empresa especializada para a implantação de Central de Serviços (Service Desk) com serviços gerenciados e integrados para suporte técnico remoto e presencial, com base nas melhores práticas da biblioteca ITIL.	Atividade - Serviço de atendimento 1º e 2º níveis	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Consultoria especializada no desenvolvimento do Planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Plano Diretor de TI	Contratar consultoria do Gartner	Serviço de Consultoria Especializada	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Plano de capacitação	Garantir a execução do Plano de Capacitação da STI	Atividade	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.



EVOLUÇÃO DE SERVIÇOS (NOVOS PROJETOS)

Seção	Problema/Fraqueza / Demanda/Oportunidade	Objetivo / Meta	Projeto ou Atividade	Objetivo Estratégico Vinculado ao Planejamento Estratégico	Iniciativa Estratégica Vinculada Planejamento Estratégico
Manutenção	Equipamentos de informática fora de garantia	Contratar serviço especializado de Outsourcing de impressão para o PJES.	Projeto - Contratação de serviço de Outsourcing de Impressão	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Equipamentos de informática fora de garantia	Aquisição/Virtualização de computadores	Projeto - Aquisição de computadores Desktops Projeto - Serviço de instalação de Desktops	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Segurança	Contratação de Ferramentas de Proteção de Borda	Aquisição de solução de Proteção de Borda	Atividade - Aquisição de solução de Proteção de Borda	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
		Serviço de Instalação da solução de Proteção de Borda	Atividade - Serviço de Instalação da solução de Proteção de Borda		
		Suporte Técnico para a solução de Proteção de Borda	Atividade - Suporte Técnico para a solução de Proteção de Borda		
		Treinamento da solução de Proteção de Borda	Atividade - Treinamento da solução de Proteção de Borda		
Telecomunicações	Aquisição de Solução VOIP	Aquisição de Equipamentos de Telefonia e Video IP	Atividade - Aquisição de Equipamentos de Telefonia e Video IP	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
		Serviço de Instalação de Telefonia e Video IP	Serviço de Instalação de Atividade - Telefonia e Video IP		
		Treinamento em Solução VOIP	Atividade - Treinamento em Solução VOIP		
	Suporte e Manutenção de Ativos de Rede	Serviço de implantação de Ativos de Rede	Atividade - Serviço de implantação de Ativos de Rede		
		Contratação de suporte técnico para Ativos de rede sem garantia	Atividade - Contratação de suporte técnico para Ativos de rede sem garantia		
	Telefonia móvel - Plantão Judiciário	Aquisição de aparelhos de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciários	Atividade - Aquisição de Aparelhos de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciários		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Seção	Problema/Fraqueza / Demanda/Oportunidade	Objetivo / Meta	Projeto ou Atividade	Objetivo Estratégico Vinculado ao Planejamento Estratégico	Iniciativa Estratégica Vinculada Planejamento Estratégico
		Contratação de serviço de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciais	Atividade - Contratação de serviço de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciais		
Suporte	Contratação de solução de monitoramento de DataCenter	Reduzir o tempo de interrupção de sistemas críticos e consequente indisponibilidade de serviços de TI.	Atividade - Contratação de solução de monitoramento de DataCenter	Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.	Adquirir e implantar um sistema integrado de gestão administrativa.
	Aquisição de Switches Brocade SAN	Evitar a interrupção de sistemas corporativos causada por falhas de hardware na solução de armazenamento.	Atividade - Aquisição de Switches Brocade - Expansão SAN		
			Suporte Técnico para os Switches Brocade SAN - Expansão SAN		
			Treinamento dos Switches Brocade SAN - Expansão SAN		
Aquisição de solução de archiving e backup do GroupWise	Fornecer maior confiabilidade à solução de correio eletrônico e dinamicidade na recuperação de caixas postais.	Atividade - Aquisição de solução de Arquivamento e cópia de segurança do Correio Eletrônico (GroupWise)			
Secretaria	Atendimento a iniciativa do Planejamento Estratégico do PJES	Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa - ERP	Fornecimento de licença de software		
			Serviços de implantação		
			Serviços de atualização tecnológica e suporte técnico continuado		
			Banco de horas de customização		
			Serviços de migração de dados		
			Treinamento		
	Atendimento as solicitações de software	Adquirir softwares de solicitações diversas	Atividade - Contratação de software diversos		
	Compliance a normativo do CNJ	Aquisição de Solução para Gravação de Audiência	Projeto	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Consultoria especializada no desenvolvimento do Planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Plano Diretor de TI	Contratar consultoria do Gartner	Serviço de Consultoria Especializada	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.	



ANEXO 05 - PLANO DE RISCOS

Tema 1: Riscos identificados em Governança e da Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC (Processos Estratégicos)

Gestão de demanda: Não há processo formal que estabeleça o envolvimento da alta administração na seleção, priorização, aprovação, planejamento, estudos de viabilidade e acompanhamento dos projetos de TI da instituição. A priorização das necessidades das áreas é realizada de forma independente, sem consideração das metas e objetivos organizacionais.

Estratégia e padrões tecnológicos: Ausência de um processo que determine as diretrizes tecnológicas assegurando sistemas, aplicativos, recursos e capacidade padronizada, integrada, estável, com boa relação custo-benefício que atenda os requisitos atuais e futuros do negócio. Processos deficientes de especificação de serviços, acompanhamento dos serviços e gestão das entregas.

Estrutura organizacional de TI: A estrutura organizacional da TI não contempla todos os papéis necessários para atender as áreas de negócio e especialidades da TI.

Arquitetura da informação: Ausência de um processo para definir a Arquitetura da Informação que satisfaça ao requisito do negócio para a TI, com agilidade na resposta aos requisitos, fornecendo informação confiável, consistente e integrando completamente as aplicações aos processos de negócio. Ausência de um modelo de informação da instituição que permita o desenvolvimento de aplicações e atividades de apoio à decisão consistente com os planos de TI. O modelo não facilita a criação, o uso e o compartilhamento otimizados da informação pelo negócio para manter a integridade e ser flexível, funcional, com boa relação custo-benefício, rápido, seguro e resistente a falhas.

Estratégia dos serviços: Os projetos são selecionados e priorizados sem considerar critérios organizacionais, executados sem o adequado envolvimento de todos os interessados internos e externos da instituição (stakeholders). Ausência de ferramenta que apoie a priorização do portfólio de projetos. Ausência de processo e ferramentas para justificar e ratear custos dos serviços de TI. Ausência de processo definido para gerenciar demanda conforme capacidade dos ativos estratégicos.

Melhoria dos serviços: Ausência de metodologia e processo a serem seguidos para avaliar a entrega de soluções e serviços de TI e monitorar a contribuição da TI para os resultados do negócio.

Tema 2 - Riscos Gestão de Projetos e Processos de TI (Processos táticos e operacionais)

Gestão de Projetos de TI: Projetos de TI executados sem o tratamento adequado do escopo e dos riscos inerentes ao porte dos projetos, sem o adequado envolvimento de todos os interessados internos e externos da instituição (stakeholders). Existência de usuários com baixo conhecimento para definir e especificar aplicações e serviços para TI, bem como gerenciar a execução dos mesmos pela área usuária. Apesar da existência do papel do “GESTOR DE SISTEMAS”, ou seja, usuário responsável por cada sistema, visando o estabelecimento dos requerimentos, apoio aos projetos e serviços, homologação dos produtos, não existe processo formal que defina os papéis e responsabilidades.

Gestão de processos de TI: Ausência de um processo de Gerenciamento do Catálogo de Serviço que descreva os serviços oferecidos por TI para instituição. Ausência de ferramenta que apoie o processo.

Central de Serviços: Não existe uma central de serviços e não é possível assegurar que todos os incidentes são registrados. O serviço de helpdesk é prestado de forma precária por estagiários.

Gerenciamento das aplicações: Ausência de metodologia para suporte ao ciclo de vida de gerenciamento das aplicações. Soluções e controles elaborados pelas áreas com utilização de planilhas e softwares não homologados por TI. Sistemas especialistas desenvolvidos e mantidos em linguagens distintas e



descontinuadas pelas áreas departamentais. Não existe codificação estruturada. Usuários com conhecimento insuficiente para definir e implantar soluções departamentais que ofereçam segurança.

Gerenciamento de operações: Deficiência nos processos de planejamento, execução e controle dos sistemas em produção. Ferramentas não definidas. Não há competência dentre os servidores da TI para manter e monitorar o Data Center. Não foram definidos os serviços críticos de TI. Alta concentração de contratos, impossibilitando aos servidores a execução das atividades técnicas do setor.

Gerenciamento técnico: Deficiência na gestão do ambiente de infraestrutura. Ausência de recursos capacitados o suficiente, atualizados em soluções para o negócio e preparados para apoiar as atividades fins do PJ/ES em que esteja envolvida a Tecnologia da Informação.

Processos de Governança: Desconhecimento pelos usuários dos serviços de TI oferecidos pela STI. O processo desenvolvimento de acordos de nível de serviço não foi estabelecido com pontos de verificação para reavaliação dos níveis de serviço e satisfação do cliente. Ausência de ferramenta que apoie os processos. Ausência de definição de níveis de serviços de TI. O processo de Gerenciamento de Capacidade não foi estabelecido comprometendo a avaliação de capacidade de Negócio, do Serviço e dos Componentes. O processo de Gerenciamento de Disponibilidade não está definido. Somente são monitorados os links de internet e alguns serviços críticos de maneira descentralizada. Não são monitorados os recursos computacionais ou os serviços de forma regular. O processo de Gerenciamento de Mudança no ambiente de TI não está definido. O processo de Gerenciamento de Fornecedores não está definido. O processo de Gerenciamento de Configuração e Ativos do Serviço não está definido. Apesar de estarem disponíveis ferramentas para gerenciamento da configuração e ativos, o parque de equipamentos não está configurado para que possam ser identificados. Os processos de Gerenciamento de Conhecimento, Gerenciamento de Liberações e implantação, Teste e Validação não estão á definidos, Planejamento da Transição e Suporte e de Avaliação não estão definidos. O processo de Gerenciamento de Incidentes foi definido de forma básica necessitando ser ampliado e integrado com os demais processos de gerenciamento de serviços; Não há garantia de que todos os incidentes foram registrados.

Tema 3 - Riscos identificados em Sistemas

Sistemas de Folha de Pagamento, de Controle de RH, de Ponto, de Estagiários: Atendem parcialmente a gestão dos recursos humanos. Não compartilham de uma base de dados única, acarretando necessidade de cadastros duplicados. O sistema de folha de pagamento não está na mesma plataforma que o sistema de controle de RH. A folha de pagamento é baseada em tecnologia da década de 70. Ausência de integração com sistema financeiro e contábil, gerando a necessidade de inúmeros relatórios. Não há geração de relatórios consistentes. Sistema muito dependente do analista desenvolvedor. Grande uso de tratamento manual de cálculos (para eventos de folha) acarretando falhas operacionais. É centralizado, não permitindo o controle dos recursos humanos nas diretorias do foro. Não fornece cálculos de aposentadorias, ausências e férias. Não há controle integrado dos subsistemas de RH. Basicamente são sistemas de registros. Mantido por equipe própria, compartilhada com outros sistemas, formada por 3 analistas.

Sistemas Patrimoniais: Para requisição de material é utilizado o RDM Online, que atende parcialmente a área gestora, contratado somente até 2017. O sistema de patrimônio foi desenvolvido pela área usuária. Não há analista responsável pela manutenção da demanda. Exposição ao risco com a utilização de linguagens de programação que estão sendo descontinuadas e/ou sem suporte adequado. Não está documentado e conhecimento centralizado em um único usuário.

Gestão de contratos e convênios: Não há sistema que apoie a gestão de convênios. Controle de processos de contratos realizado precariamente pela área gestora.

Sistemas Jurídicos: Quantidade insuficiente de pessoal para adequar os sistemas jurídicos. Necessidade de convergência de sistemas (unificação de sistemas de RH servidor e magistrados, unificação de portais). Os sistemas se encontram em múltiplas plataformas. Ausência de documentação de rotinas e metodologia de desenvolvimento de sistemas. Iminência de necessidade de uso do Pje. Equipe insuficiente para a manutenção. Necessária a existência de, no mínimo, 2 servidores para cada sistema, atualmente há servidor responsável pela manutenção de até 4 sistemas (Selo Digital, e-Process, Sistema de Adoção, Integrações com MP/ES, SESP, SEJUS e PGE), sendo, portanto, contraproducente.

Serviços de correio eletrônico: Sistema baseado em versão obsoleta e com funcionalidades limitadas.



Aplicativos: Não há controle de licenciamento e versões. Além disso, demonstra-se carente de padronização, conforme boas práticas de TI.

Serviço de banco de dados: solução baseada em versão com ciclo de suporte encerrado. Alto risco de inconsistência nos sistemas. Pessoal não capacitado para a tecnologia.

Tema 4 - Recursos tecnológicos e gestão da segurança da informação

Trata de questões relativas à arquitetura de recursos de TI, que abrange todos os equipamentos de informática, os programas que permitem operar os equipamentos de informática e desenvolver sistemas, os programas de uso geral (ex.: editores de texto, planilhas eletrônicas, correio eletrônico, etc.), estrutura de telecomunicações e rede de computadores, bem como as questões relativas à Segurança da Informação, segundo uma ótica de continuidade de negócios, considerando não somente o aspecto de confidencialidade das informações como também de sua integridade e disponibilidade.

Pontos de atenção:

Ausência de instituição de processo de gestão de segurança da informação;

Ausência de cultura de gerenciamento de riscos;

Ausência de um processo formal de auditoria para assegurar o cumprimento, por TI, de políticas, normas e procedimentos considerados essenciais para a continuidade das operações da instituição;

Ausência de Política de Segurança;

Identificação deficiente dos ativos e a sua importância para a Instituição;

Deficiência no processo de tratamento de incidentes de segurança;

O processo de Gerenciamento de Continuidade não está definido;

Ausência de uma política de backup que assegure a continuidade do negócio;

Deficiência de documentação e de capacitação;

Deficiência nos controles de segurança física;

O processo de Gerenciamento de Acesso não foi definido;

Configuração de segurança dos servidores inadequada;

Diversas versões instaladas sem atualização e contrato de suporte com fornecedor;

Ambiente tecnológico sem padrão e sem domínio da STI;

Deficiência na política de acesso à internet;

Ausência de documentação/Informação sobre segurança na intranet;

Configurações de segurança nas estações de trabalho deficientes e diversos Sistemas Operacionais sem controle de licenças e atualização;

Deficiência na documentação e domínio das configurações dos diversos elementos firewall/rotores colocados na rede;

Deficiência das ferramentas de análises e detecção de ataques.

Tema 5 - Pessoas, habilidades e competências



A integração entre pessoas e organizações é complexa e dinâmica. Sempre existirão divergências, pois cada pessoa processa a realidade de acordo com seus interesses. Assim sendo, fez-se necessário detectar os principais problemas que causam descontentamento por parte dos colaboradores para que através desse estudo venham a serem encontradas as causas.

Este tema apresenta um relato da estrutura ambiental e dos aspectos humanos observados pela equipe de gestão atual. Trata-se de uma análise crítica baseada em opinião dos gestores atuais e na observação dos eventos ocorridos nos últimos 03 anos, não tendo o objetivo de avaliar a legalidade dos temas apresentados.

Riscos de sistemas administrativos e judiciais.

Descrição do Risco	Consequência para o PJES	P	T	I	Ação	Resposta ao Risco
Ataque de Hacker nos sistemas WEB	Perda ou alteração de informações	Baixa	Média	Alto	Mitigar	Criar projeto específico sobre o assunto
Inconsistência em estatísticas	Problemas para a Imagem do PJES, como no relatório justiça em números do CNJ	Alta	Alta	Médio	Mitigar	Refazer o Business Intelligence na versão nova.
Fragilidade da Folha de Pagamento devido à arquitetura da década de 70	Interrupção dos pagamentos de servidores e magistrados por período indeterminado	Baixa	Média	Alto	Mitigar	Contratar um ERP
Folha de Pagamento separado do sistema de RH (magistrado e servidores)	Não integração das bases de dados gera inconsistências, retrabalhos e procedimentos manuais.	Alta	Alta	Alto	Mitigar	Integrar as bases dos 3 sistemas no Oracle
Interrupção parcial do sistema SIEP devido a dificuldade de manutenção no sistema	Interrupção da prestação de serviço	Baixa	Média	Médio	Mitigar	1-Redesenvolver novo sistema
						2-Substituir pelo sistema do CNJ
Dependência total de um único servidor para atendimento a determinados sistemas. Ex: PROJUDI, SIEP, e-process, SELO, SIGA	Greves, Abonos e Férias podem interromper a prestação do serviço.	Alta	Alta	Médio	Eliminar	1-Novos recursos humanos;
						2-Convergência de Sistemas
Procedimento de Distribuição EJUD difícil de ser mantido	Não aceita qualquer alteração em lógica de distribuição devido a sua complexidade.	Baixa	Baixa	Baixa	Eliminar	Reimplementar o procedimento



Procedimento de Distribuição do Segundo Grau impossível de ser mantido	Não aceita qualquer alteração em lógica de distribuição devido à interdependência com o e-Process.	Baixa	Média	Alta	Eliminar	1-Implantação PJe
						2-digitalização dos processos do 2 grau
Informação de sistema antigo de execuções penais descontinuado em 2006 e que precisa ficar guardado por até 30 anos	Perda da informação.	Baixa	Média	Médio	Eliminar	Migrar os dados para o banco Oracle
Consulta Siscri	Dados desatualizados geram informações incorretas	Alta	Alta	Médio	Eliminar	Desenvolver uma consulta para substituir
Base de dados de Advogado	Duplicações de informações, relatórios errados.	Alta	Alta	Alta	Eliminar	Desenvolver solução de integração com CFOAB e tratamento de dados por unidade judiciária delegada para esse fim
Base de dados de Pessoa	Duplicações de informações, relatórios errados.	Alta	Alta	Alta	Eliminar	Sugerir solução de integração com dados de Cartórios de Registro Civil e/ou Receita Federal e tratamento de dados
Sistemas antigos da Corregedoria fora do padrão do TJES	Maior dificuldade para realizar a manutenção dos sistemas por falta de mão de obra especializada	Baixa	Média	Médio	Eliminar	Convergência para o ambiente do TJES. Necessário 8 meses de um recurso full-time
Dados entrados manualmente no Sermoj	Inconsistências de dados e retrabalho por parte das serventias	Alta	Alta	Alta	Eliminar	Utilizar o Módulo de Produtividade magistrados para a promoção de juizes.
intranet.cgj.es.gov.br intranet corregedoria em padrão antigo	Fora do padrão exigido pelo CNJ (.jus.br).	Baixa	Média	Médio	Eliminar	Convergência para o novo portal do TJES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ANEXO 06 – PLANO ORÇAMENTÁRIO



ORÇAMENTO TIC 2017

	PROBLEMA / FRAQUEZA / DEMANDA / OPORTUNIDADE	OBJETIVO / META (visando sanar o problema, abrandar a fraqueza, atender a demanda, aproveitar a oportunidade)	Nº CONTRATO/ATA RP ATUAL	VIGÊNCIA ATUAL	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO/SUBLEMENTO DE DESPESA (ver arquivo em PDF)	Valor 1ª Instância	Valor 2ª Instância	Valor Total	Coordenador(a) Responsável	Objetivo Estratégico Vinculado PE	Iniciativa Estratégica Vinculada PE
Infraestrutura	Manter os bancos de dados, servidores de aplicação e ferramentas de inteligência de negócio Oracle com suporte técnico e atualizações de versão.	Atender a demanda de manter com suporte técnico com atualizações de versão os produtos Oracle utilizados no PJES.	2015.00.018.827	36 meses	Atividade - Serviços de Suporte Técnico Oracle	3.3.90.39.08	R\$ 1.892.049,58	R\$ 440.840,42	R\$ 2.332.890,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Manutenção	Equipamentos de informática fora de garantia	Suprir a necessidade de compra de material para manutenção corretiva dos equipamentos.		12 meses	Atividade - Materiais reposição	3.3.90.30.17	R\$ 378.409,92	R\$ 88.168,08	R\$ 466.578,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
		Suprir a necessidade dos serviços de manutenção corretiva dos equipamentos.		12 meses	Atividade - Manutenção Equipamentos Diversos (Ativos TI)	3.3.90.39.95	R\$ 270.292,80	R\$ 62.977,20	R\$ 333.270,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Segurança	Expiração da validade dos certificados A1 dos servidores WEB do PJES	Substituir os certificados A1 dos servidores WEB que irão expirar.		12 meses	Atividade - Aquisição de certificados digitais A1	4.4.90.39.93	R\$ 8.110,32	R\$ 1.889,68	R\$ 10.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
				12 meses	Atividade - Serviço de entrega de certificados digitais A1	3.3.90.39.05	R\$ 811,03	R\$ 188,97	R\$ 1.000,00			
	Expiração dos certificados digitais A3 do PJES Rotatividade de cargos	Possuir ARP vigente para fornecimento e reposição de certificados digitais A3 e mídias criptográficas Token		12 meses	Atividade - Aquisição de Token para certificado digital A3	3.3.90.30.17	R\$ 24.330,97	R\$ 5.669,03	R\$ 30.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

	comissionados demandando novos certificados A3 Possibilidade de fornecimento para estagiários e Outros.	(USB).										utilização para uma melhor produtividade. Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
			12 meses	Atividade - Aquisição de certificados digitais A3	4.4.90.39.93	R\$ 113.544,55	R\$ 26.455,45	R\$ 140.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.	
	Manter o Filtro de Conteúdo Web com suporte técnico e atualizações de versão.	Atender a demanda de manter suporte técnico com atualizações de versão do Filtro de Conteúdo Web utilizado no PJES.		48 meses	Atividade - Serviço de Suporte Técnico Filtro de Conteúdo Web	3.3.90.39.08	R\$ 52.256,61	R\$ 12.175,59	R\$ 64.432,20	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Contratação de Suporte Técnico para os Produtos Symantec	Suporte Técnico para os Produtos Symantec.		24 meses	Atividade - Suporte Técnico para os Produtos Symantec e Juniper	3.3.90.39.08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Manter a Biblioteca de Fitas de Backup com suporte técnico e atualizações de versão.	Atender a demanda de manter suporte técnico com atualizações a Biblioteca de Fitas de Backup utilizado no PJES.		60 meses	Atividade - Suporte Técnico de Biblioteca de Fitas de Backup	3.3.90.39.95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Suporte	Servidores de rede que hospedam serviços fundamentais ao PJES e solução de backup sem serviço de manutenção.	Evitar a interrupção de sistemas críticos e consequente indisponibilidade de serviços de TI.	F020/2013	12 meses 16/04/15	Atividade - Manutenção servidores Dell R620	3.3.90.39.95	R\$ 121.654,87	R\$ 28.345,13	R\$ 150.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Nobreak de 80 Kwatts responsável por manter o fornecimento de energia de todo o Data Center do PJES sem serviço de manutenção.	Evitar a paralisação, por completo, dos serviços de TI.	F 029/2014	12 meses 12/06/16	Atividade - Manutenção Nobreak APC	3.3.90.39.95	R\$ 52.717,11	R\$ 12.282,89	R\$ 65.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
				Atividade -	3.3.90.30.17	R\$ 18.019,52	R\$ 4.198,48	R\$ 22.218,00	Coordenadoria	Elevar a	Gerenciar e	



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

				Material de reposição Nobreak APC					de Suporte e Manutenção da STI	produtividade do Poder Judiciário	adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Aquisição de Placas HBA - Servidores e Storage	Atualizar a infra-estrutura da rede SAN do PJES aumentando a performance e confiabilidade no acesso aos dados.		12 meses	Atividade - Aquisição de Placas HBA - Servidores e Storage	4.4.90.52.35	R\$ 32.441,30	R\$ 7.558,70	R\$ 40.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Aquisição de placa 10GB Ethernet - Servidores e Storage	Atualizar a infra-estrutura da rede do PJES aumentando sua performance a fim de atender a crescente demanda dos sistemas informatizados.		12 meses	Atividade - Aquisição de placa 10Gb Ethernet e Conversor de Interface 10 Gigabit - Servidores e Storage	4.4.90.52.35	R\$ 20.275,81	R\$ 4.724,19	R\$ 25.000,00			
Manter os diversos produtos Novell em uso no PJES, sob contrato de suporte técnico do fabricante, garantindo assim atualizações, correções, evoluções e atendimento especializado para solução de problemas.	Minimizar os riscos de: desatualização dos programas de computador, não evolução dos programas, ausência de um canal de suporte para solução de problemas ocorridos e indisponibilidade de determinados sistemas corporativos.		12 meses	Atividade - Suporte das Licenças Novell	3.3.90.39.08	R\$ 656.936,31	R\$ 153.063,69	R\$ 810.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Manter os diversos produtos VMware em uso no PJES, sob contrato de suporte técnico do fabricante, garantindo assim atualizações, correções, evoluções e atendimento especializado para solução de problemas.	Suporte Técnico para os Produtos Vmware		36 meses	Atividade - Suporte VMWARE	3.3.90.39.08	R\$ 455.127,12	R\$ 106.042,90	R\$ 561.170,02	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

	O ambiente atual do Data Center não oferece segurança que garanta a alta disponibilidade de sistemas de TI requeridos pelo processo de modernização do PJES.	Suportar a TI deste Tribunal e seu gerenciamento, disponibilizando um ambiente que possa hospedar equipamentos e sistemas que garantam modernidade, desempenho, segurança confiabilidade e flexibilidade.		12 meses	Atividade - Manutenção Data Center Container	3.3.90.39.95	R\$ 246.777,32	R\$ 57.498,19	R\$ 304.275,51	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.	Implantar projeto Datacenter Backup visando a gestão de continuidade de negócio.
Telecomunicações	Circuitos de dados instalados no PJES com velocidades inferiores ao atualmente demandado e inferiores ao exigido por resolução do CNJ	Proceder instalação de novos circuitos de dados com capacidade de tráfego superior, de forma a atender plenamente a demanda atual e o exigido pelo CNJ	F046/2012	12 meses	Atividade - Serviços de Rede Estadual Judiciária	3.3.90.39.05	R\$ 5.839.433,90	R\$ 1.360.566,10	R\$ 7.200.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Em decorrência de encerramento do contrato de manutenção vigente e pela vital importância de uma perfeita comunicação interna e externa às dependências das Comarcas	Garantir o funcionamento do Sistema de Telefonia dos Fóruns	F50/2012	12 meses 10/12/2015	Atividade - Manutenção Centrais Telefônicas	3.3.90.39.17	R\$ 405.516,24	R\$ 94.483,76	R\$ 500.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Solução para otimização da telefonia dos Fóruns	Fornecimento de centrais telefônicas para os Fóruns do PJES		12 meses	Atividade - Aquisição de novas centrais telefônicas	4.4.90.52.06	R\$ 243.309,75	R\$ 56.690,25	R\$ 300.000,00			
	Necessidade de haver comunicação entre os Fóruns, Tribunal de Justiça, e entre a sociedade de modo geral, tanto localmente quanto em outras regiões	Otimização da prestação do serviço, visando o aumento da disponibilidade e redução dos custos de telefonia do PJES		12 meses	Atividade - Telefonia Comutada (Local, Longa Distância e 0800)	3.3.90.39.58	R\$ 1.784.271,47	R\$ 415.728,53	R\$ 2.200.000,00			
	Necessidade de alguns servidores possuírem acesso aos sistemas do TJES e à Internet mesmo fora da rede de dados do PJES	Fornecimento de equipamento que forneça acesso móvel	015/2010	12 meses	Atividade - Serviços de Internet Móvel	3.3.90.39.58	R\$ 64.882,60	R\$ 15.117,40	R\$ 80.000,00	Coordenadoria de Suporte e Manutenção da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Coord. Desenv.	Gerir acervo de livros e periódicos da biblioteca do TJES	Contratar suporte e manutenção do sistema de gestão de biblioteca	F078/2013	12 meses 22/08/15	Atividade - Serviços de Suporte para sistema da Biblioteca	3.3.90.39.08	R\$ 13.514,64	R\$ 3.148,86	R\$ 16.663,50	Coordenadoria de Desenvolvimento da STI	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
	Melhorar a qualidade dos processos operacionais e estratégicos da secretaria de tecnologia da informação.	Contratação de empresa especializada para a implantação de Central de Serviços (Service Desk) com serviços gerenciados e integrados para suporte técnico remoto e presencial, com base nas melhores práticas da biblioteca ITIL.		12 meses	Atividade - Serviço de atendimento 1º e 2º níveis	3.3.90.39.05	R\$ 1.265.210,68	R\$ 294.789,32	R\$ 1.560.000,00	Secretaria de Tecnologia da Informação	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
Secretaria	Plano de capacitação	Garantir a execução do Plano de Capacitação da STI		12 meses	Atividade	3.3.90.39.48	R\$ 180.195,20	R\$ 41.984,80	R\$ 222.180,00	Secretaria de Tecnologia da Informação	Elevar a produtividade do Poder Judiciário	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade.
		Restos a Pagar - Anos anteriores										
							R\$ 14.140.089,63	R\$ 3.294.587,61	R\$ 17.434.677,23			

SUPLEMENTAÇÃO ENCAMINHADA EM JANEIRO/2016

PROBLEMA / FRAQUEZA / DEMANDA / OPORTUNIDADE	OBJETIVO / META (visando sanar o problema, abrandar a fraqueza, atender a demanda, aproveitar a oportunidade)	PREVISÃO DE VIGÊNCIA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO/ SUBLEMENTO DE DESPESA (ver arquivo em PDF)	Valor 1ª Instância	Valor 2ª Instância	Valor de Suplementação
Contratação de Ferramentas de Proteção de Borda	Aquisição de solução de Proteção de Borda	12 meses	Atividade - Aquisição de solução de Proteção de Borda	4.4.90.52.35	R\$ 1.232.315,20	R\$ 287.124,80	R\$ 1.519.440,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

	Serviço de Instalação da solução de Proteção de Borda	12 meses	Atividade - Serviço de Instalação da solução de Proteção de Borda	3.3.90.39.05	R\$ 125.304,52	R\$ 29.195,48	R\$ 154.500,00
	Suporte Técnico para a solução de Proteção de Borda	60 meses	Atividade - Suporte Técnico para a solução de Proteção de Borda	3.3.90.39.08	R\$ 312.122,61	R\$ 72.723,39	R\$ 384.846,00
	Treinamento da solução de Proteção de Borda	12 meses	Atividade - Treinamento da solução de Proteção de Borda	3.3.90.39.48	R\$ 48.661,95	R\$ 11.338,05	R\$ 60.000,00
Telefonia móvel - Plantão Judiciário	Aquisição de aparelhos de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciários	12 meses	Atividade - Aquisição de Aparelhos de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciários	4.4.90.52.06	R\$ 9.732,39	R\$ 2.267,61	R\$ 12.000,00
	Contratação de serviço de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciários	36 meses	Atividade - Contratação de serviço de telefonia móvel para atendimento dos plantões judiciários	3.3.90.39.58	R\$ 81.103,25	R\$ 18.896,75	R\$ 100.000,00
Contratação de solução de monitoramento de DataCenter	Reduzir o tempo de interrupção de sistemas críticos e consequente indisponibilidade de serviços de TI.	12 meses	Atividade - Contratação de solução de monitoramento de DataCenter	3.3.90.39.05	R\$ 60.827,44	R\$ 14.172,56	R\$ 75.000,00
Aquisição de Switches Brocade SAN	Evitar a interrupção de sistemas corporativos causada por falhas de hardware na solução de armazenamento.	12 meses	Atividade - Aquisição de Switches Brocade - Expansão SAN	4.4.90.52.35	R\$ 486.619,49	R\$ 113.380,51	R\$ 600.000,00
		12 meses	Suporte Técnico para os Switches Brocade SAN - Expansão SAN	3.3.90.39.08	R\$ 40.551,62	R\$ 9.448,38	R\$ 50.000,00
		12 meses	Treinamento dos Switches Brocade SAN - Expansão SAN	3.3.90.39.48	R\$ 32.441,30	R\$ 7.558,70	R\$ 40.000,00
Aquisição de solução de archiving e backup do GroupWise	Fornecer maior confiabilidade à solução de correio eletrônico e dinamicidade na recuperação de caixas postais.	12 meses	Atividade - Aquisição de solução de Arquivamento e cópia de segurança do Correio Eletrônico (GroupWise)	4.4.90.39.93	R\$ 231.144,26	R\$ 53.855,74	R\$ 285.000,00



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atendimento a iniciativa do Planejamento Estratégico do PJES	Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa - ERP	12 meses	Fornecimento de licença de software	4.4.90.39.93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
		24 meses	Serviços de implantação	3.3.90.39.05	R\$ 773.340,36	R\$ 180.185,39	R\$ 953.525,75
		60 meses	Serviços de atualização tecnológica e suporte técnico continuado	3.3.90.39.08	R\$ 434.711,18	R\$ 101.286,07	R\$ 535.997,25
		60 meses	Banco de horas de customização	3.3.90.39.05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
		24 meses	Serviços de migração de dados	3.3.90.39.05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
		24 meses	Treinamento	3.3.90.39.48	R\$ 257.908,33	R\$ 60.091,67	R\$ 318.000,00
Atendimento as solicitações de software	Adquirir softwares de solicitações diversas	12 meses	Atividade - Contratação de software diversos	4.4.90.39.93	R\$ 81.103,25	R\$ 18.896,75	R\$ 100.000,00
Consultoria especializada no desenvolvimento do Planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Plano Diretor de TI	Contratar consultoria do Gartner	12 meses	Serviço de Consultoria Especializada	3.3.90.35.04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
Contratação de Serviço de Manutenção do Sistema de Almoarifado e Patrimônio	Contratar consultoria do SmarAPD	12 meses	Atividade - Serviço de Manutenção do SmarAPD	3.3.90.39.08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
Solução multimídia para eventos, apresentações, reuniões, cursos, palestras, seminários	Aquisição de Projetores	12 meses	Aquisição de Projetores e Telas de projeção	4.4.90.52.33	R\$ 286.140,23	R\$ 66.669,59	R\$ 352.809,82
			Aquisição de Suportes para Projetores	3.3.90.30.48	R\$ 25.081,25	R\$ 5.843,84	R\$ 30.925,09



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

e atividades correlatas no âmbito do PJES.			Serviço de Instalação	3.3.90.39.05	R\$ 26.350,71	R\$ 6.139,62	R\$ 32.490,33
Circuitos de dados instalados no PJES com velocidades inferiores ao atualmente demandado e inferiores ao exigido por resolução do CNJ	Instalação de novos circuitos de dados com capacidade de tráfego superior na rede Metro-ES	12 meses	Atividade - Serviços de Rede Metro-ES	3.3.90.39.05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
	Instalação de novos circuitos de dados com capacidade de tráfego superior no Anel Enseada	12 meses	Atividade - Serviços da Rede Anel Enseada	3.3.90.39.05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
					R\$ 4.207.887,15	R\$ 980.421,85	R\$ 5.604.534,24



ANEXO 07 – PORTFÓLIO DE PROJETOS DO ANO

